MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DNPM

RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

1998

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, órgão gestor do patrimônio mineral brasileiro, fundado em 1934, hoje autarquia federal, tem como finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e legislação que os complementam, competindo-lhe em especial:

- promover a outorga, ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;

- acompanhar analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;

- formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;

- fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;

- fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores, impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;

- baixar normas, em caráter complementar, e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;

- implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral necessárias ao planejamento governamental;

- baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal;

- fomentar a pequena empresa de mineração;

- estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa.

Estrutura Organizacional

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, tem a seguinte Estrutura Organizacional:

1. **Diretoria-Geral**
2. 1.1. Gabinete
3. **Órgãos Seccionais**
4. 2.1. Procuradoria-Geral
   2.2. Coordenação de Administração
   2.3. Coordenação de Informática
5. **Órgãos Específicos Singulares**
6. 3.1. Diretoria de Exploração Mineral
   3.2. Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral
   3.3. Diretoria de Operações
7. **Órgãos Descentralizados - Distritos Regionais**

   1º Distrito no Estado do Rio Grande do Sul

   2º Distrito no Estado de São Paulo

   3º Distrito no Estado de Minas Gerais

   4º Distrito no Estado de Pernambuco

   5º Distrito no Estado do Pará

   6º Distrito no Estado de Goiás

   7º Distrito no Estado da Bahia

8º Distrito no Estado do Amazonas

9º Distrito no Estado do rio de janeiro

10º Distrito no Estado do Ceará

11º Distrito no Estado de Santa Catarina

12º Distrito no Estado do Mato Grosso

13º Distrito no Estado do Paraná

14º Distrito no Estado do Rio Grande do Norte

15º Distrito no Estado da Paraíba

16º Distrito no Estado do Amapá

17º Distrito no Estado do Tocantins

18º Distrito no Estado de Sergipe

19º Distrito no Estado de Rondônia

20º Distrito no Estado do Espírito Santo

21º Distrito no Estado do Piauí

22º Distrito no Estado do Maranhão

23º Distrito no Estado do Mato Grosso do Sul

24º Distrito no Estado de Roraima

25º Distrito no Estado de Alagoas

- Observações:

- O Estado do Acre está subordinado ao 19º Distrito localizado em Rondônia e,
- O Distrito Federal ao 6º Distrito localizado em Goiás.

Missão

O DNPM vem ao longo dos anos cumprindo sua precípua missão que é a de garantir que o patrimônio mineral brasileiro, recurso não renovável, seja aproveitado de forma racional, segura, em harmonia com o meio ambiente e em proveito de toda a sociedade.

Importância Sócio-econômica

O produto da Indústria Extrativa Mineral e da Indústria de Transformação de base mineral representam cerca de 8,3% do Produto Interno Bruto - PIB e 27% do Produto Industrial.

As exportações de origem mineral alcançam cerca de US$ 11 bilhões, correspondendo a 24% do total das exportações brasileiras, apenas para citar alguns indicadores do setor.

O impacto sócio-econômico da atividade do órgão é preponderantemente notado quando o DNPM mostra-se mais ágil, dando uma resposta a contento à sociedade, sempre na busca de uniformizar procedimentos, com o objetivo de diminuir a burocracia; divulgando o setor, suas estatísticas para que os segmentos envolvidos (empresarial, governamental, acadêmico, etc.) venham a elaborar o seu planejamento; confeccionando mapas em escalas adequadas; fomentando o desenvolvimento científico patrocinando congressos e outros eventos do setor, etc.

Principais diretrizes de trabalho

1. promover a continuidade do suprimento de matérias-primas minerais para a indústria nacional;
2. desenvolver pesquisas em nível de detalhe, para o descobrimento e exploração de novas jazidas minerais visando a expansão das disponibilidades de minérios e a substituição daquelas em vias de exaustão;

1. promover e divulgar estudos e pesquisas de metodologias racionais de exploração visando a conservação do meio ambiente, a redução de custos e a minimização dos efeitos nocivos sobre a saúde do trabalhador mineiro;

2. desenvolver e divulgar pesquisas estatísticas sobre o setor mineral, mormente sobre a ótica da economia, para informação e orientação de estudos, investimentos, comércio e pesquisas minerais;
3. ordenar a atividade garimpeira e suas conseqüências sobre o meio ambiente;
4. desenvolver estudos de avaliação e integração de dados geológicos visando orientar os mineradores, o planejamento governamental urbano e viário, e o aproveitamento regional de depósitos minerais;
5. conceder os títulos minerários e fiscalizar a atividade mineira, atuando em seu ordenamento e na conservação da memória Geológica Nacional;
6. elaborar cartas temáticas de síntese e estudos de correlação e integração geológica/metalogenética, hidrogeológica, em nível nacional e internacional.

Investimentos em Mineração no Brasil

Os investimentos em mineração no Brasil decresceram nestes últimos anos, de forma bastante significativa em função, principalmente, das restrições à atuação do capital estrangeiro na Constituição aprovada em 1988. Esta tendência está sendo revertida pela reforma à Constituição, quando foi alterada a redação do artigo que fazia restrições ao capital estrangeiro, através da Emenda Constitucional nº 6, de 1995.

Os investimentos em prospecção e pesquisa mineral até o ano de 1988, eram da ordem de US$ 160 milhões, em média, ao ano. Depois da promulgação da Carta Magna, esses mesmos investimentos caíram a um patamar de US$ 60 milhões, alcançando US$ 45 milhões no ano de 1991.

Com a mudança na redação do artigo que discriminava o capital estrangeiro, em 1996, os mesmos voltaram a crescer alcançando, naquele ano, US$ 96 milhões e para 1998 são estimados investimentos na ordem de US$ 130 milhões.

Emissão de Alvarás

O DNPM está batendo um recorde histórico na emissão de Alvarás de Pesquisa. Durante o ano, foram publicados 12.000 destes títulos, alcançando uma média de 1.000 títulos/mês. Está sendo feito um gigantesco esforço por parte de todos os funcionários para que continuemos com esta média, a nossa meta é que em um futuro muito breve possamos acabar definitivamente com todo o passivo existente no órgão.

Na verdade este número representa a quadruplicação dos valores encontrados, com referência ao período 1986 – 1995, que era de apenas 3.000 ao ano. O

Alvará de Pesquisa é o título, como o próprio nome diz, que autoriza o minerador a pesquisar a área do seu interesse, visando uma futura lavra mineral.

A substância Ouro foi a que teve mais Alvarás publicados durante o ano (37,9%); seguida de Areia, nas suas mais diversas modalidades (7,1%); Granito (6,1%); Argila (6,1); Calcário (5,7%); Diamante (4,8%), ficando os 32,3% restantes para as demais substâncias.

O Estado de Minas Gerais foi o que mais obteve esses títulos (23,5%); seguido da Bahia (22,2%); Goiás (11,5%); Santa Catarina (5,8%); Paraná (5,7%), ficando os 31,3% restantes para as demais Unidades da Federação.

Atividades da Diretoria-Geral

Dando continuidade aos trabalhos regidos pelo Código de Mineração e sua Legislação Complementar, durante o ano de 1998, o Diretor-Geral do DNPM, aprovou, dentre todos os atos assinados, os aqui enumerados, que têm seu conteúdo voltado diretamente para a normatização da atividade mineral, uniformização de procedimentos e publicados no Diário Oficial da União. Naturalmente não estão aqui listados os atos de ordem administrativa.

- PORTARIA Nº 1, de 02/01/98, D.O.U. de 05/01/98 - Estabelece instruções sobre o custeio das vistorias efetuadas pelo DNPM, de que trata o § 4º, do artigo 26 do Código de Mineração.

- PORTARIA Nº 41, de 26/02/98, DOU de 02/03/98 - Disciplina o procedimento previsto no artigo 2º do Decreto nº 2.350, de 15.10.97, que regulamenta a Lei nº 9.055 de 1º/06/95.

- PORTARIA Nº 50, de 05/03/98, D.O.U. de 10/03/98 - Disciplina o funcionamento do protocolo do DNPM. (na sede, Distritos Regionais e Escritório).

- PORTARIA Nº 137, de 08/05/98, D.O.U. de 11/05/98 - Define as hipóteses e os valores das penalidades de advertência e multa a serem aplicadas aos infratores de que trata o § 1º, do art. 9º, da Lei nº 7.805, de 18/07/89.

- PORTARIA Nº 231, de 31/07/98, D.O.U de 07/08/98 - Regulamenta as Áreas de Proteção das Fontes de Águas Minerais.

- PORTARIA Nº 285, de 06/10/98, D.O.U. de 08/10/98 (Seção 2)- Delega competência ao Chefe do Serviço de Outorga de Títulos Minerários – SOTIM.

- PORTARIA Nº 286, de 06/10/98, D.O.U. de 08/10/98 – Modifica o subitem 21, do item I, da Portaria nº 95, de 17 de março de 1997, que foi acrescido pela Portaria nº 238, de 26 de agosto de 1997. (delegação de competência).

- ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, de 02/01/98, D.O.U. de 05/01/98 - Estabelece orientações sobre a Instrução Normativa nº 4, de 24/11/97.

O Diretor-Geral concedeu, durante o ano de 1998, dezenas de audiências a parlamentares, prefeitos de municípios brasileiros, mineradores, representantes de tribos indígenas, garimpeiros, delegações de empresários de vários países, com o objetivo de analisar e encaminhar a melhor solução dos vários problemas apresentados.

Às delegações de empresários estrangeiros, tem mostrado o Brasil e o seu potencial de competitividade perante os outros países.

O Diretor-Geral participou de vários eventos do setor mineral, proferindo conferências em Congressos, associações de produtores minerais, etc.

No âmbito externo participou:

- Reuniões em Bruxelas (fevereiro) e Londres (maio e dezembro) como representante de país produtor de amianto. Encontros estes promovidos pelo Alto Comissionário do Canadá, para tratar das questões em defesa da continuidade da produção do amianto.
- Como conferencista do PDAC 98 - Prospectors and Developers Association of Canadá, em Toronto (março).
- Reunião do Investing in the Americas'98 - 7th Annual – O Diretor-Geral, impossibilitado de estar presente devido a outros compromissos anteriormente assumidos, foi substituído pelo Diretor-Geral Adjunto (março).

Como fruto dessas visitas oficiais aos países acima citados, recebemos várias delegações oriundas dos mesmos, com o objetivo de conhecerem melhor o Brasil para aqui aportarem os seus investimentos.

No âmbito interno proferiu conferências: na Embaixada do Canadá, em Brasília (janeiro); no III Simpósio de Hidrogeologia do Nordeste e I Hidroroc do Brasil, em Recife (abril); na reunião anual da Associação dos Países Produtores de Estanho - ATPC, no Rio de Janeiro (setembro); no 11º Simpósio Internacional do Ouro, no Rio de Janeiro (setembro), no 40º Congresso Brasileiro de Geologia, em Belo Horizonte (outubro) e no IX Simpósio Mínero-Metalúrgico da UFMG, em Belo Horizonte (outubro). Além de comparecer a vários outros eventos representando o Órgão.

Também foram proferidas palestras sobre "O DNPM, a Legislação Mineral e as propostas de alterações no Código de Mineração" nos CREAs de: Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O Diretor-Geral atuou como membro efetivo do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MME nº 29, de 22 de janeiro de 1998, DOU de 23 de janeiro, cujo objetivo era o de apresentar proposta de reestruturação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, sob a forma de Agência Reguladora, em moldes similares aos das demais autarquias especiais já implantadas no âmbito do Ministério (ANP e ANEEL). Ao final dos trabalhos, o grupo apresentou ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, um Anteprojeto de Lei onde cria a Agênicia Nacional de Mineral e o Estatuto da Mineração. O Anteprojeto foi disponibilizado em nossa Home Page para conhecimento do público em geral, bem como para receber sugestões de aperfeiçoamento.

Assessoria do Diretor-Geral

À Assessoria compete prestar assistência ao Diretor-Geral em sua representação política e social, incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal desincumbir-se das atividades de comunicação social, apoio parlamentar; providenciar a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Autarquia; elaborar conferências, inclusive coordenar a elaboração de seu Relatório Anual de Atividades.

Atividades da Assessoria

Durante o ano de 1998, a Assessoria, com credenciamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, acompanhou atentamente os trabalhos do Congresso Nacional, em defesa dos interesses da mineração brasileira, oferecendo os seus trabalhos aos parlamentares, na confecção dos seus pareceres sobre os projetos em tramitação naquelas casas legislativas, observando sempre o interesse da soberania nacional sobre os bens minerais, defendendo os projetos que tragam resultados positivos para a mineração brasileira; a defesa do DNPM como instituição típica de Estado na observação do que rege o Código de Mineração e sua Legislação Correlativa.

Projetos de interesse da mineração em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com acompanhamento por parte da Assessoria, com pareceres

técnicos elaborados e encaminhados através do Diretor-Geral ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia:

- PL 5.941/90 – do Senado Federal – Institui o regime de permissão de lavra, dispõe sobre garimpagem, cria o regime de permissão de garimpagem e dá outras providências.
- PL 1.192/91 – da Câmara dos Deputados – Dep. Marilu Guimarães – trata da regulamentação da mineração no Pantanal Matogrossense.
- PL 2.836/92 – da Câmara dos Deputados – Dep. Luciano Pizzato – trata da instituição de Comissões Internas de Meio Ambiente em órgãos, empresas, etc., que de alguma forma interfiram no meio ambiente.
- PL 3.740/93 – da Câmara dos Deputados – Dep. Aldo Rebelo. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a alienação das ações representativas da União nas empresas dos ramos petroquímico, siderúrgico, de mineração, aeronáutico e de fertilizantes.
- PLS 26/95 ou PLC 2.844/97 – Sen. João França. Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.
- PLS 193/95 – Sen. Marluce Pinto. Concede incentivo fiscal sobre o lucro da exploração às empresas mineradoras que beneficiam pedras preciosas e semipreciosas.
- PL 401-A – da Câmara dos Deputados – Dep. Rivaldo Macari. Altera os incisos I e II, do parágrafo 1º, do artigo 2º, da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1990, e dá outras providências."
- PL 909/95 – da Câmara dos Deputados – Dep. Rita Camata. Institui a compensação financeira pela exploração de recursos minerais para fins de aproveitamento econômico e dá outras providências.
- PL 945/95 – da Câmara dos Deputados – Dep. Salomão Cruz. Dispõe sobre a obrigatoriedade da exigência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas de que tratam o inciso III do § º do art. 91, inciso III do § º do art. 225 e o art. 231, da Constituição Federal e dá outras providências.
- PL 968/95 – da Câmara dos Deputados – Dep. Antônio Feijão. Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que "define os percentuais da compensação financeira pela exploração de recursos minerais de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de fevereiro de 1989, e dá outras providências".
- PLC 36/96 – Substitutivo Sen. Marina Silva. Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216, da Constituição Federal e dá outras providências.
- PLS 245/96 – Sen. Lúcio Alcântara. Dispõe sobre a proteção do patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, e dá outras providências.
- PLS 1.610-A/96 – Sen. Romero Jucá. Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal.
- PL 2.573-A/96 – da Câmara dos Deputados – Dep. Ezídio Pinheiro. Institui o Plano Nacional de Pedras e Metais Preciosos – PNPMP e dá outras providências.

- PLS 291/97 – Sen. Teotônio Vilela Filho – Cria o Adicional de Melhoria Ambiental – AMA, incidente sobre os preços de venda dos combustíveis fósseis e o Fundo de Apoio à Melhoria Ambiental – FAMA e dá outras providências.
- PL 2.803/97 – da Câmara dos Deputados – Dep. Salomão Cruz. Regulamenta o § 3º do art. 176 da Constituição Federal e dá outras providências.
- PL 3.275/97 – da Câmara dos Deputados – Dep. Ezídio Pinheiro. Modifica as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para assegurar a manutenção da filiação, na qualidade de segurado especial do Regime Geral da Previdência Social, do garimpeiro que explora pedras preciosas e exerce esta atividade em regime de economia familiar.
- PL 3.661/97 – da Câmara dos Deputados – Dep. Ricardo Izar. Altera o § 1º doa art. 2º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da compensação financeira pela exploração de recursos minerais de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de fevereiro de 1989, e dá outras providências.
- PL 3.872/97 – da Câmara dos Deputados – Dep. Rita Camata. Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º da Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994.
- PLN 41/98 – do Poder Executivo – Trata do Orçamento da União. Acompanhamento sistemático com o objetivo de reaver os valores cortados no orçamento originalmente enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Foi elaborada pela Assessoria e trabalhada juntamente com o Diretor-Geral, uma Emenda ao Orçamento (valor R$6.000.000,00), que foi apresentada à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e aprovada por esta, através dos votos de seus pares, derrubando uma dezena de outras subscritas por parlamentares da referida Comissão. Outra Emenda foi elaborada pela Assessoria e também trabalhada juntamente com o Diretor-Geral (valor R$ 6.000.000,00) e oferecida ao Relator Geral do Projeto, Senador Ramez Tebet, para que o mesmo venha a anexar ao Projeto. O objetivo destas Emendas é de tentar melhorar o Orçamento do Órgão para o ano de 1999.

É também função da Assessoria, preparar as apresentações em Powerpoint (software especializado para conferências em Data Show). Durante o ano de 1998, o Diretor-Geral proferiu as seguintes palestras, dentre outras:

- "New Brazilian Mineral Legislation" – Conferência proferida no Seminar on Natural Resources, na Embaixada do Canadá. Brasília - DF, 15 de janeiro.
- "Mineral Legislation – The Entrance Door To The Brazilian Underground" – Conferência proferida no - 1998 PDAC Annual International Convention & Trade Show. Toronto – Canadá, de 8 a 11 de março.
- "Brazilian Mining And The Tin Industry" – Conferência proferida no International Seminar On The Tin Market. Rio de Janeiro – RJ, 21 de setembro.
- "Basic Rules Of Mineral Legislation – A Comparative View (Brazil, South Africa, Australia, Canada, United States, Argentina, Bolivia, Chile, Peru and Venezuela). – Conferência proferida no 11th. International Gold Symposium. Rio de Janeiro – RJ, de 28 a 29 de setembro.

- "A Nova Legislação Mineral e o Atual Código de Mineração" – Conferência proferida no IX Simpósio Mínero-Metalúrgico da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, de 26 a 31 de outubro.

Outra atividade da Assessoria é a de Coordenar o Comitê da Internet do DNPM. A Assessoria foi quem criou a Home Page, a desenvolveu, coordena o comitê e é quem atualiza as informações contidas no Site. Dentre as informações mais importantes disponibilizadas durante o ano de 1998, pode-se citar:

- Anuário Mineral Brasileiro 1997;
- Sumário Mineral Brasileiro – 1998;
- Estimativa da Produção Mineral 1997;
- Universo da Mineração Brasileira – 1997;
- Evolução dos Títulos Minerários (mês a mês);
- Atualização de toda a Legislação Mineral;
- Disponibilização de vários Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional de interesse da mineração;
- Disponibilização de todos os atos, do DNPM, publicados no Diário Oficial da União;
- Atualização do Calendário de Eventos sobre mineração, dentre outros trabalhos de interesse do setor;
- Disponibilização dos Projetos de Lei que estão tramitando no Congresso Nacional, com o objetivo de que toda a comunidade conheça as proposições que estão sendo elaboradas pelos nossos legisladores.
- É importante salientar que estão disponibilizadas na Home Page do DNPM, todas as Licitações, Convênios, Acordos, Termos de Cooperação Técnica, etc., firmados entre o DNPM e outras instituições.

As Licitações têm seus editais e informações publicados, tais como: tomada de preços, convites, concorrências, atas, retificações, relatórios e resultados das mesmas, com o objetivo de assegurar a necessária transparência a seus atos.

A Home Page recebe uma média de 1.500 acessos por semana, totalizando mais de 124.000 visitas desde a sua implantação.

Foi elaborado pela Assessoria o capítulo "Aspectos Legais" que fará parte da publicação "Mineração no Brasil – Informações Básicas para o Investidor", que sairá em duas versões: português e inglês. O seu lançamento está previsto para o mês de janeiro de 1999.

Também foi coordenada pela Assessoria a presença marcante do DNPM no 40º Congresso Brasileiro de Geologia, realizado em Belo Horizonte – MG, no período de 11 a 16 de outubro, onde o Órgão montou um Stand, onde estavam demonstrados vários dos seus últimos produtos, a saber:

- Ágata do Rio Grande do Sul;
- Ametista do Rio Grande do Sul.
- Catálogo das Rochas Ornamentais do Estado de Mato Grosso
- Cobertura Sedimentar Quaternária da Plataforma Continental do Estado do Ceará;
- Informativo Anual da Indústria Carbonífera;
- Mapa Geológico da Região de Pilar-Guarinos em Goiás;
- Mapa Geológico do Distrito Federal;
- Mapa Geológico do Estado do Rio de Janeiro;
- Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Norte;
- Mapa da Superfície Curie Interpretada do Brasil – 1:2.500.000;
- Mapa da Amplitude do Sinal Analítico Interpretada do Brasil – 1:2.500.000;
- Perfil Analítico do Estanho;
- Plano Diretor de Mineração: Região Metropolitana de Fortaleza;
- Principais Depósitos Minerais do Brasil, (Rochas e Minerais Industriais), volumes IVB e IVC;
- Projeto Distritos Mineiros do Estado do Rio Grande do Sul.

O Stand do DNPM no 40º CBG recebeu cerca de 2.000 visitas, onde os poucos técnicos do Órgão presentes no evento, revezavam-se durante toda a duração do mesmo para explicar aos congressistas o conteúdo dos trabalhos ali expostos, bem como a forma de aquisição dos mesmos por parte daqueles interessados. O Stand funcionou também como uma extensão do Gabinete do Diretor-Geral. Lá foram realizadas inúmeras reuniões com mineradores de todo o Brasil.

Também faz parte das atividades da Assessoria, manter contatos com a imprensa para divulgação dos trabalhos e realizações do DNPM. Durante o ano foram enviados a jornais e revistas especializadas, press releases sobre os mais variados temas, dentro do setor mineral.

No âmbito externo a Assessoria participou do "1998 PDAC Annual International Convention & Trade Show", em Toronto – Canadá, março, trabalhando no Stand do DNPM montado no Brazil Pavillon. A sua atuação foi no sentido de demonstrar para os cerca de 6.000 visitantes as oportunidades que o Brasil oferece para aportar os seus investimentos no setor mineral, divulgando material promocional do Brasil, publicações do DNPM. Este trabalho de divulgação e convencimento junto à comunidade mineral internacional, o evento é considerado o maior do mundo no ramo da mineração.

É de autoria da Assessoria o formulário modelo do Relatório Trimestral de Atividades dos Distritos do DNPM, elaborado em três versões, devido à existência de três classes destes no Regimento do órgão.

Elaboração dos dados que irão compor os painéis a serem apresentados no Pavilhão Brasil no "PDAC - 1999 Annual Convention", em Toronto – Canadá (Março de 1999).

Todos os trabalhos elaborados em português, que necessariamente devam ser traduzidos para o inglês, são feitos pela Assessoria.

A Assessoria também é responsável pela elaboração deste Relatório.

Atividades da Procuradoria-Geral

PROGE

1 - COMPOSIÇÃO

A Procuradoria do DNPM é composta por 34 (trinta e quatro) Procuradores de carreira, além do Procurador-Geral, cuja distribuição é a seguinte:

Brasília - 8 vagas

São Paulo - 5 vagas

Minas Gerais - 3 vagas

Rio de Janeiro - 2 vagas

Espirito Santo - 1 vaga

Pernambuco - 2 vagas

Santa Catarina - 1 vaga

Goiás - 2 vagas

Mato Grosso - 2 vagas

Pará - 3 vagas

Ceará - 2 vagas

Bahia - 2 vagas

Rio Grande do Sul - 1 vaga

A maioria dos cargos estão providos, restando não preenchidas 01 vaga na Sede/Brasília-DF, 01 em Minas Gerais, 01 no Pará e 01 no Mato Grosso, todas em função de exonerção de Procurador para exercício em cargo inacumulável.

Respondeu interinamente pela Procuradoria Geral , durante o período de dezembro de 1997 a novembro de 1998, a Procuradora Geral Substituta, de carreira, Dra Ana Salett Pereira Marques, sendo agora o Procurador-Geral efetivo Dr Sérgio Jacques de Moraes.

Existem na Procuradoria do DNPM um DAS 4 e dois DAS 1, sendo o primeiro do Procurador-Geral e os outros dois dos Chefes de Serviços Administrativo-Minerário e Judicial, todos na Sede, de sorte que nos Distritos não há sequer um DAS.

2 - ATRIBUIÇÕES

As atribuições da Procuradoria estão previstas no artigo 4 do Regimento Interno do DNPM - Portaria n 42, de 22.02.1995 , quais sejam:

" Art. 4 - À Procuradoria-Geral compete desempenhar as atividades de assessoramento e consultoria ao Diretor-Geral e às Unidades da Autarquia, bem como defender os interesses desta, em juízo ou fora dele, conforme disposto na Lei Complementar n 73, de 10 de janeiro de 1993.

1 - Ao Serviço de Assuntos Administrativos e Minerários compete coordenar, supervisionar e controlar as atividades relativas à interpretação e aplicação da legislação, doutrina e jurisprudência, relativas aos assuntos de natureza administrativa e minerária, e especialmente:

I - orientar e assistir os dirigentes, em questões de natureza jurídica, administrativa e minerária;

II - examinar e opinar quanto às questòes e atos normativos referentes às matérias administrativa e minerária;

III - prestar assistência jurídica, examinar minutas e dirimir as questòes de natureza jurídico administrativas surgidas quanto aos ajustes, acordos, contratos, convênios e instrumentos congêneres, bem como das suas alterações;

IV - pronunciar-se sobre questões jurídicas referentes a licitações e alienações;

V - manifestar-se sobre processos administrativos relativos a assuntos jurídicos de pessoal, orçamento, finanças, patrimônio, contabilidade e serviços em geral;

VI - opinar sobre processo administrativo disciplinar e sindicância instaurados pela Autarquia, quanto a obsevância de procedimentos legais cabíveis;

VII - prestar subsídios ao Serviço de Assuntos Judiciais para elaboração de peças necessárias à defesa dos interesses da Autarquia;

VIII - propor a declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito da Autarquia, quanto constatada a existência de ilegalidade;

IX - manifestar-se sobre instrumentos de natureza nurídica e outros submetidos à sua apreciação.
2 - Ao serviço de Assuntos Judiciais compete:
I - representar a Autarquia nos procedimentos judiciais em que esta figure como autora, ré , assistente, oponente ou litisconsorte, nas acões de qualquer natureza;
II - acompanhar e controlar, até decisão final irrecorrível, os feitos de interesse da Autarquia, bem como manter os respectivos cadastros das ações em andamento ou arquivadas;
III - promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos da Autarquia, de qualquer natureza, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;
IV - organizar arquivos de jurisprudência, contende decisões de juízes Singulares e Tribunais, no tocante à matéria de interesse da Autarquia;
V - organizar arquivos às Unidades competentes, as decisões judiciais pertinentes à Autarquia, instruindo-as, quanto ao correto cumprimento do julgado, pela administração;
VI - organizar e manter o controle dos precatórios, quanto à ordem cronológica da apresentação, instruindo os processos administrativos, para o seu efetivo pagamento."

3 - METAS E OBJETIVOS

Foi planejado para o ano de 1998 o seguinte:
Elaboração dos manuais de procedimento de cobrança da Taxa Anual por Hectare e Compensação Financeira, bem como treinamento dos mesmos;
Promover coletânea de Pareceres CONJUR afim de uniformizar procedimentos;
Promover coletânea de Pareceres da AGU;
Realizar encontros regionais de Procuradores;
Em relação às metas acima foram realizadas em parte. Foi criada uma comissão, cujos integrantes foram Drs Orlando De Luca Jr, Edson Marinho, Simone Caldeira e Ana Salett P. Marques, que elaborou os manuais de procedimento de cobrança da Taxa Anual por Hectare e CFEM, não tendo sido, os mesmos, disseminados

por causa da não existência de recursos financeiros na Autarquia. Ficaram prontos em outubro do corrente ano.

Foi elaborada a coletânea de pareceres da CONJUR e AGU, que encontram-se à disposição na PROGE e demais Procuradorias nos Distritos.

Não foram realizados os encontros regionais em função da falta de recursos financeiros, embora solitado.

Nada obstante o planejado, foi elaborado pelos Procuradores da PROGE - Dr. JUDIVAN JUVENAL VIEIRA E DORACY FERNANDES um Manual de Procedimentos Administrativos, cujo objetivo foi a tentativa de uniformização de procedimentos na Autarquia como um todo, com vistas à orientação do MARE e Presidência da República. Tal Manual foi encaminhado ao Sr. Diretor-Geral.

Foi elaborado pelos mesmos Procuradores um Manual de Licitações e Contratos, o qual encontra-se disponível para que a Administração possa consultar.

Foi elaborada pela Dra ANA SALETT PEREIRA MARQUES uma coletânea de toda a legislação mineral existente, com base nos Diários Oficiais.

4 - ESTATÍSTICA/PROGE

4.1 - SERVIÇO JUDICIAL

Informações em Mandado de Segurança - 41

Apelações - 27

Recursos Extraordinários - 17

Recursos Especiais - 11

Contra-razões - 05

Embargos à Execução - 01

Exceção de Incompetencia - 05

Embargos de Declaração - 07

Petições Diversas - 31

4.2 - SERVIÇO ADMINISTRATIVO E MINERÁRIO

Pareceres - 99

Informações Jurídicas - 133

Notas - 188

Ofícios - 015

Memorandos - 098

Análise de Portaria de Lavra - 153

Despachos - 050

Ao longo de todo o ano de 1998 foram promovidas várias reuniões com Juízes Federais, Procuradores da República, Advogados de Prefeituras e Procuradores de Estado cujo objetivo foi a discussão da legislação Mineral.

Atividades da Coordenação de Administração - COADM

09.007.0021.4900.0001 – COORDENAÇÃO E MANUNETANÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

OBJETIVOS: Promover a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema através da coordenação, supervisão, controle e prestação de apoio logístico às demais atividades.

CRÉDITOS AUTORIZADOS - R$ 30.577.418,00

EXECUÇÃO DA DESPESA - R$ 25.086.865,00

DESCRIÇÃO DAS METAS

- Manter a Sede e suas 25 Unidades Regionais
- Dar apoio logístico às demais atividades
- Manter e operacionalizar a estrutura administrativa

A programação não pode ser totalmente executada devido a baixaarrecadação dos recursos da fonte 0250. Precariamente demos início aos serviços de manutenção elétrica e hidráulica. Os equipamentos de refrigeração puderam ser recuperados e encontram-se em funcionamento, embora não fosse possível promover a limpeza dos dutos.

Promovemos a doação dos bens inservíveis e antieconômicos levantados no ano anterior e promovemos a limpeza e redistribuição de áreas.

As dificuldades para a execução de toda a programação, inclusive a parte dos objetivos fins do Órgão, estão claramente estampados no quadro a seguir:

ORÇAMENTO PARA 1998	LEI	LIMITES
Pessoal/Encargos dívida/Juros	R$ 20.064.359,00	R$ 20.064.359,00
Custeio/Investimento	R$ 19.825.551,00	R$ 15.368.684,00
TOTAL	R$39.889.910,00	R$ 35.433.043,00

Para se cumprir este Orçamento a arrecadação da fonte 250 estava prevista em R$ 15.350.000,00 e só se realizou R$9.500.000,00 (aproximadamente)

09.007.0021.4900.0002 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVOS: Promover de forma integrada a qualificação de pessoal, em todos os níveis de graduação, visando melhorar a atuação do órgão.

DOTAÇÃO - R$ 160.000,00

EXECUÇÃO DA DESPESA - R$ 87.948,00

Servidores Treinados: 60

A programação para este exercício não foi completa, também, por insuficiência de recursos. Promoveu-se treinamentos e participação em cursos e seminários nas áreas finalísticas, tais como cursos dirigidos aos Recursos Hídricos e Águas Subterrâneas e Congresso Brasileiro de Geologia.

Na parte administrativa contamos com a participação de servidores em curso de pós-graduação na área de treinamento e capacitação de recursos humanos, visando iniciar um processo de qualificação para a execução deste importante segmento.

OUTROS INDICADORES DA COORDENAÇÃO:

Memorandos Expedidos 49

Ofícios Expedidos 30

Fax Expedidos 48

Processos de Licitações

Convite 13

Tomada de Preço 03

Concorrência 01

Atividades da Coordenação de Informática COINF

I. Serviço de Informática

Conta atualmente com um quadro de 21 técnicos envolvidos com informática , sendo 05 servidores do DNPM , 11 da FUBRÁS e 05 da Finatec. Responsável

pela produção dos sistemas SICOM ÁREAS, SICEM SICOP, SISON e SIGEO ainda em ambiente mainframe, cuja migração foi iniciada em 1996.

Em prosseguimento ao já iniciado em 1996, continuou-se a descentralização dos sistemas SICOM e Áreas para os Distritos Regionais com a instalação desses sistemas no Controle de Áreas, como monousuário, Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Amapá, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba e atualização nos anteriores, totalizando 18 Distritos.

Este exercício foi marcado pela conexão Dial-Up com Brasília dos seguintes Distritos Regionais: Amazonas, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Goiás, Tocantins, Pará, Ceará e Espírito Santo.

Contando com trabalhos de consultoria através da Ordem de Serviço nº 005/98 com a Finatec, o qual foi suspenso em setembro de 1998 por falta de recursos orçamentários e financeiros, foi marcado por alguns eventos relevantes nos sistemas do DNPM:

a) Elaboração da análise, montagem preliminar e protótipo de todos os dados relacionados ao Relatório Anual de Lavra e do Código de Mineração;

b) Elaborado o Protótipo e o desenvolvimento do módulo de Tabelas de Apoio e do Controle de juntadas;

c) Estudo e desenvolvimento do Módulo de entrada de dados de requerimentos de pesquisa, lavra garimpeira e licenciamento (disquete do DNPM) – RPPD;

d) Suporte à Coordenação de Informática quanto ao impacto do ano 2000 nos sistemas de informação do DNPM e a alternativa de solução que vem sendo adotada;

e) Interferência de poligonais a partir de VB5/SQL Server;

f) Implantação dos projetos piloto dos novos Sistemas Concessão da Exploração dos Recursos Minerais, Controle de Áreas de Mineração e Entidades do Setor Mineral;

g) Sistema de Comércio Exterior. Completado o desenvolvimento do Sistema e concluída a migração dos dados para o novo banco de dados sob SQL Server 6.5;

h) Sistema CFEM. Alterados layouts e rotinas bem como incluídas novas rotinas de cálculo e classificação dos dados; adaptações na rotina de importação de dados do Sistema, visando a transferência futura do cadastramento das guias para os Distritos do DNPM;

i) Fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Concepção da função de integração entre os Sistemas CFEM e RALC visando a identificação de Empresas inadimplentes quanto ao pagamento da compensação financeira;

j) Anuário Mineral Brasileiro. Adequação da nomenclatura dos grupos de substâncias do Sistema CFEM ao padrão do Anuário Mineral Brasileiro e programação dos relatórios de Arrecadação por Classe de Substância e de Reserva, Produção e Venda para o Anuário Mineral Brasileiro – ano 1998; definição, elaboração e manutenção de 27 relatórios constantes do Anuário Mineral Brasileiro;

k) Sistema RALC. Concluído com a inclusão do novo módulo de Águas Minerais e dos novos métodos de verificação de dados;

l) Sistema de Controle de Juntadas. Ajuste nas telas desenvolvidas para o Protótipo do Sistema – Módulo de Protocolização de Juntadas e desenvolvimento e programação das funções de Cadastramento de Juntadas, Recuperação do Histórico de Eventos, Recuperação de Dados de Processos de Mineração, Recuperação de Dados de Entidades do Setor Mineral, além do desenvolvimento do Módulo de consultas a Juntadas;

m) RPPD – Requerimento de Pedido de Pesquisa em Disquete. Ajuste nas telas desenvolvidas para o Protótipo do RPPD e desenvolvimento e programação das funções de Cadastramento de Requerimentos de Pesquisa;

n) Sistema de Tabelas de Apoio. Ajuste nas telas desenvolvidas para o Protótipo do Sistema; desenvolvimento e programação e 21 tabelas de apoio; digitação de dados de Tabelas; Adequação do Sistema para ser compatível com qualquer tipo de configuração de vídeo; introdução de recursos de segurança de acesso e atualização aos dados das tabelas do Sistema; atualização das tabelas dos projetos, em programação, no ambiente do SQL SERVER; tabela de Municípios;

o) Versão otimizada do Sistema Áreas. Desenvolvidos módulos otimizados do atual Sistema Áreas, de modo a permitir maior agilidade no processo de retirada de Interferências; implantação de novos equipamentos PENTIUM 233, a serem operados com Windows NT Workstation, a serem utilizados no desenvolvimento e montagem dos novos sistemas; alterações, correções, otimizações e implementações em programas e subrotinas em FORTRAN e ZIM no Sistema de Interferência de Áreas;

p) Desenvolvimento de Módulo para emissão automática de Auto de Infração e ofício de encaminhamento ao interessado (titular do processo de mineração). Programas e rotinas para emissão de autos de infração e respectivos ofícios, a *partir do banco de dados SICOM;*

q) Conclusão da nova base de dados SIAPES - Sistema de Administração de Pessoal;

r) Implantação e operação das rotinas de **gravação e exibição de listagens**, tendo por base aquelas listagens produzidas em ambiente mainframe, para disquetes e CD´s;

s) **SICOM na Internet:** iniciada a montagem de bases de dados, para ser acessada via Internet, contendo os dados essenciais do processo;

1.1. Dados Físicos de Produção

- Requerimentos de Pesquisa protocolizados	4.890
- Requerimentos de lavra garimpeira protocolizados	1.571
- Requerimentos de licenciamentos	1.532
- Alvarás de Pesquisa outorgados	12.000
- Concessões de lavra outorgadas	141
- Permissão de lavra garimpeira	134

1.2. Outros dados de Produção

- Movimentação de Áreas (alteração, exclusão e inclusão) do Sistema Áreas	31.895

- Solicitação de relatórios (Job´s)	793
- Interferências solicitadas	2.522
- Emissão de Interferências efetivadas	37.952
- Interferências emitidas (overlays pequenos)	10.542
- Atualização de alvarás	12.000
- Atualização de eventos	88.257
- Atualização de processos novos	45.326
- Atualização de juntadas	39.860
- Overlays especiais emitidos	633

1.3. Equipamentos de informática adquiridos em 1998.

- Neste exercício, foi concluída a Tomada de Preços 04/97 para aquisição de equipamentos de informática para a Sede, com a aquisição de 40 microcomputadores pentium 166 MHZ marca Scopus, 32 impressoras laser marca Xerox 4508, 07 impressoras matriciais Epson FX 2170, 05 microcomputadores pentium 233 MHZ, 128 MB RAM para substituir os servidores de dados antigos, envolvendo recursos de R$ 196.502,19, além da transferência de R$ 300,00 para os Distritos Regionais, totalizando R$ 196.802,19, com material permanente.

II. Serviço de Documentação

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório objetiva relacionar, de forma sucinta, as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Documentação no ano de 1998, e apresenta propostas para o próximo ano.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E OBJETIVOS ALCANÇADOS

- Inventário do acervo da Biblioteca (em andamento).
- Limpeza e reorganização das publicações nas estantes

(em andamento).

- Troca das etiquetas dos livros, folhetos e periódicos

(em andamento).

- Levantamento e cobrança de todas as publicações emprestadas.

- Atualização e distribuição do *Catálogo de Publicações do DNPM.*
- **Venda das publicações do DNPM** aos interessados (ver anexo 1):

O anexo 1 apresenta as tabelas de vendas referentes aos anos de 1997 e 1998. Nota-se uma queda nas vendas de 1998, com uma diferença representativa calculada em R$ 3.324,00 a menos do que o ano anterior.

- Reorganização do **Setor de Periódicos**:

1. Controle de chegada e registro de periódicos;
2. Colocação nas estantes;
3. Divulgação através do *Sumário de Periódicos*;
4. Empréstimo.
5. Elaboração de lista de duplicatas para doação às

Bibliotecas e Centros de Documentação. A princípio, foram enviadas apenas às 273 Bibliotecas do DF, Bibliotecas dos Distritos do DNPM e para algumas Universidades de outros Estados. Recebemos pedidos e encaminhamos duplicatas às seguintes Bibliotecas:

1. Biblioteca de Geologia e Mineração da Universidade Federal de Ouro Preto;
2. Biblioteca do 5º Distrito / PA;
3. Biblioteca do 4º Distrito / PE;
4. Biblioteca do 7º Distrito / BA;
5. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados;
6. Biblioteca do 10º Distrito / CE;
7. Biblioteca do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;
8. Centro Nacional de Informação Ambiental do IBAMA;
9. Biblioteca do 25º Distrito / AL;
10. Biblioteca Cor Jesu do Colégio Cor Jesu;
11. Biblioteca do Centro de Ensino de 1ºGrau do Gama;
12. Coordenação de Documentação e Biblioteca do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

- Agradecimento de todas as publicações recebidas.
- Elaboração da mala-direta do SEDOC (em andamento).
- Controle do intercâmbio entre Bibliotecas e Instituições afins.
- Levantamento e pedido, através de Memo nº 019 do dia 26.10.98, de todo o material necessário ao desenvolvimento das atividades do Serviço (ver anexo 2).

- Inventário do **Arquivo Técnico**:

1. Itens inventariados (1380 exemplares);
2. Preenchimento de formulários (688 formulários);
3. Entrada no computador (989 itens);

4. Limpeza e restauração dos projetos danificados (903 exemplares);
5. Reorganização nas estantes (903 exemplares) ;
6. Cobrança dos projetos não devolvidos (62 exemplares).

- Reorganização do **Setor de Mapas**:

1. Organização de todas as cartas topográficas nas escalas de 1:25.000, 1:50.000 e 1:100.000 (concluído);
2. Colocação de etiquetas nas caixas que contêm a coleção das fotografias aéreas de todo o Brasil, com o objetivo de enumerar as fotos. Além disso, conferência das fotografias contidas nas caixas (a coleção está incompleta) (concluído);
3. Levantamento das publicações editadas pelo DNPM já esgotadas e organização das mesmas em armários, trancados, por medida de segurança;
4. Seleção e limpeza de todo o acervo da mapoteca, bem como colocação de etiquetas nas estantes visando facilidade na localização dos itens de interesse;
5. Atendimento ao público: localização de projetos geológicos em geral; reserva e entrega de publicações solicitadas pelo setor de referência do SEDOC; esclarecimento aos interessados acerca de informações contidas nos mapas;
6. Conferência de todo o material enviado à Mapoteca;
7. Seleção, ordenação, colocação em sacos plásticos apropriados e destinação às respectivas estantes de cartas do Projeto RADAMBRASIL (1:250.000);
8. Aquisição, através de importante doação feita pela Seção de Levantamento Aeroespacial e Cartografia do EMFA, de material referente ao Projeto RADAMBRASIL (ver anexo 3).

- Reorganização do **Setor de Diário Oficial:**

1. Atendimento aos usuários interno e externo;
2. Cópias de DOU e Legislações;
3. Organização dos Diários recebidos durante o ano de 1998 e devido arquivamento, visando rapidez na localização, e, consequentemente, melhor atendimento ao público;
4. Localização e cópias para os Distritos do DNPM principalmente de: alvarás, leis, decretos, portarias, instruções normativas, medidas provisórias e outros;
5. Doação à Paróquia Maria Imaculada de duplicatas do DOU e Diário da Justiça;
6. Assinatura da Lex, exercício 98.

- Aquisição de 02 micros, 01 impressora e um aparelho de fax. O aparelho de fax não foi instalado por falta de linha.
- Aquisição de 01 assinatura do jornal "A Gazeta Mercantil".
- Contato com as editoras e importadoras de livros e periódicos (ver anexo 4), e, solicitação de orçamento visando aquisição para o ano de 1999. Dentre as editoras
- contatadas, num total de 23, foram selecionadas 8 em função das condições de participação em licitações públicas.

3. **RECURSOS HUMANOS**

A contratação de estagiários para o Serviço propiciou o desenvolvimento de atividades importantes, tais como: reorganização dos setores de periódicos e mapoteca, descarte de publicações em desuso(através de lista de duplicatas aos Centros de Informação), divulgação do acervo, apoio ao setor de atendimento ao leitor e reorganização do arquivo da biblioteca. Por outro lado, os funcionários do Serviço tiveram seus afazeres prejudicados, pela necessidade de treinamento dos estagiários e funcionários da casa recém chegados ao Serviço, vindos de outras áreas e sem qualquer experiência em biblioteconomia.

O número de pessoas envolvidas nas atividades do SEDOC ainda é muito restrito, considerando-se a importância e tamanho do acervo, demanda de informação dos usuários (principalmente dos externos), dimensões das instalações físicas que abrigam o acervo e diversos outros fatores também de grande relevância.

Importante lembrar da qualificação dos funcionários do Serviço. Como foi dito no relatório do ano anterior: "Da qualidade dos recursos humanos de uma biblioteca dependerá a qualidade dos serviços e produtos por ela oferecidos". O ano de 1998 não deu oportunidade a todos os funcionários de participação em cursos de treinamento: os cursos oferecidos já haviam sido concluídos pelos integrantes do Serviço em anos anteriores, e, quando realmente houve interesse por parte da administração da Biblioteca na indicação de cursos aos seus servidores, o órgão não dispunha de verba para efetivar as matrículas dos interessados.

Há urgência na contratação de estagiários qualificados na área de biblioteconomia, de forma a promover o desenvolvimento do setor de processos técnicos (catalogação, classificação, indexação) e demais setores do Serviço de Documentação.

4. PROPOSTAS PARA 1999

- Inventário da Biblioteca e do Arquivo Técnico, iniciado em outubro de 1997. (continuação).
- Reorganização do arquivo do Setor de Biblioteca

(continuação).

- Organização do arquivo de catálogos de livreiros e editores. (continuação).
- Troca das etiquetas de classificação dos livros, folhetos e periódicos.
- Recuperação e encadernação do acervo danificado, através de empresas especializadas.
- Aquisição de equipamentos (fotocopiadora, linha de fax, linha direta, guilhotina, perfuradora, máquina de calcular, plastificadora etc.).

- Assinaturas de periódicos, inclusive jornais.
- Aquisição de material bibliográfico, já selecionado, nas áreas de Geociências, Direito e Biblioteconomia.
- Automatização do serviço de cadastro de usuários.
- Retomada do Serviço de Alerta (Sumário de Monografias), interrompido em 1991 (meta não alcançada em 1998).
- Dimensionar o quadro de pessoal do Serviço.

- Treinamento e aperfeiçoamento contínuo dos funcionários.

- Intensificar o relacionamento do SEDOC com os demais Setores de Bibliotecas dos Distritos (permanente).

- Intensificar a permuta das publicações editadas pelo DNPM com entidades nacionais e estrangeiras, possibilitando o crescimento do acervo.
- Identificar e tratar as obras raras do acervo para sua preservação e divulgação.
- Criar, manter e aperfeiçoar a "imagem" do SEDOC perante os usuários.
- Divulgar o acervo, produtos e serviços.
- Troca dos vidros trincados que cercam a área do SEDOC

(meta não alcançada em 1998).

- Aquisição de um (01) ventilador ou circulador de ar para o Arquivo Técnico (meta não alcançada em 1998 por falta de verba).
- Limpeza ou troca do ar condicionado do Arquivo Técnico

(faltou verba em 1998).

- Encadernação dos DOUs de dezembro/95 a dezembro/98.

Atividades da Diretoria de Exploração Mineral - DIREX

DIVISÃO DE GEOLOGIA E PESQUISA MINERAL

DIVISÃO DE RECURSOS MINERAIS E HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

Atividade: 09.053.0289.2587.0001 - *Avaliação de Depósitos Minerais*

Subatividade: 09.053.0289.2587.0001 - *Avaliação de Depósitos Minerais*

I - Objetivos:

1 - Intensificar a avaliação de depósitos/jazidas de substâncias minerais visando aumentar as reservas nacionais particularmente dos insumos minerais de que o país é carente, bem como daqueles que evidenciam forte expectativa de demanda do mercado externo;

2 - Elaborar cartas temáticas de síntese e estudos de correlação e integração geológica/metalogenética, hidrogeológica, em nível nacional e internacional;
3 - Preservar a memória geológica nacional, fortalecendo o setor mineral brasileiro.

II - Metas:

Desenvolver projetos concernentes aos seguintes programas:
I - Programa "Estudos de Distritos Mineiros";
II - Programa "Cartas de Síntese e Estudos de Integração Geológica";
III - Programa "Estudos de Projetos Específicos";
IV - Programa "Preservação da Memória Geológica Nacional".

III – Principais Realizações Físicas

DESCRIÇÃO DA META	UNID. DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO Concluído.....Em andamento
Programa "Estudos de Distritos Mineiros"	Projeto	13	02 11
Programa "Cartas de Síntese e Estudos de Integração Geológica"	Projeto	11	07 04
Programa "Estudos de Projetos Específicos"	Projeto	08	02 06
Programa "Preservação da Memória Geológica"	Projeto	08	02 06

IV - Comentários Gerais

O presente relatório sintetiza o resultado dos trabalhos desenvolvidos na Atividade " Avaliação de Depósitos Minerais" referentes aos projetos da Diretoria de Exploração Mineral-DIREX, no âmbito da Sede (Brasília) e Unidades Regionais (Estados), realizados sob a coordenação e supervisão técnica das Divisões de

Geologia e Pesquisa Mineral - DIGEO e de Recursos Minerais e Hídricos Subterrâneos - DIREM e respectivos Serviços.
Dentro dessa Atividade são priorizados programas de abrangência nacional que contemplam projetos básicos de interesse do País.
No que diz respeito às atividades de rotina merece destaque o grande número de Pareceres Técnicos, sobre temas e assuntos diversificados, de responsabilidade das Divisões e Serviços da Diretoria de Exploração Mineral - DIREX:
a) Análise de Relatórios de Pesquisa de Águas Minerais e respectiva classificação das fontes (30)
b) Análise do Plano de Aproveitamento Econômico de Águas Minerais (25)
c) Análise de rótulos/aprovação para Água Mineral (25)
d) Elaboração de exigências para a instrução dos processos (15)
e) Análise de Rótulo/Água Importada (04)
f) Apoio aos Distritos Regionais do DNPM, quanto ao acompanhamento nas vistorias e análises de Relatórios de Pesquisa e demais documentos técnicos;
g) Relatórios de viagens;
h) Pareceres sobre consulta técnica, avaliação e análise de projetos e outros documentos, etc.

A programação orçamentária da DIREX prevista para o exercício de 1998, após o corte de 34%, foi de R$ 1.096.926,00(Hum milhão noventa e seis mil e novecentos e vinte e seis reais), para atendimento às despesas com Serviços de Terceiros, Material de Consumo, Diárias, Passagens e Despesas com Locomoção, Equipamento e Material Permanente. Desse total fora liberada, para aplicação em Projetos da Diretoria, a quantia de R$ 552.400,00(Quinhentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais), o equivalente a 50% do total do orçamento aprovado para a DIREX.
Em razão dessa significativa redução de recursos financeiros, muitos dos projetos previstos na programação/98 foram comprometidos no seu desenvolvimento. Foi dada prioridade aos projetos em andamento, com ênfase àqueles em fase de conclusão, ficando o restante da programação postergada para o exercício de

1999.

V – Resultados Alcançados

I -PROGRAMA "ESTUDOS DE DISTRITOS MINEIROS"

Esse programa objetiva novas descobertas de jazidas e aumento da produção mineral através do desenvolvimento de estudos detalhados de geologia e aplicação de tecnologias avançadas de prospecção e pesquisa.

1 - Projeto "Distrito Aurífero Serrita - Cedro/PE"

- Concluídos os trabalhos de campo relativos à III Etapa do Projeto, com os trabalhos concentrados na Área C situada na localidade de Indiana, a sudoeste da cidade de Serrita.
- Revisão dos Relatórios das Fases I e II do Projeto (2ª edição).
- Concluídas as análises químicas das 416 amostras de solo.
- Em andamento a interpretação dos resultados analíticos das amostras de solo.

2 - Projeto "Avaliação Hidrogeológica da Bacia Sedimentar do Araripe - PE/CE"

- Compatibilização e adaptação do relatório Final da Etapa I no que concerne ao texto, mapas e ilustrações para possibilitar a impressão de um volume compacto.
- Concluída a Folha Crato e em andamento a digitalização da Folha Jardim.

3 - Projeto "Avaliação Hidrogeológica das Bacias Sedimentares do Iguatu e Lavras das Mangabeiras-CE"

- Encaminhamento à CPRM de todas as fichas de poços levantados em campo pelo DNPM, para alimentação do banco de dados e plotagem desses dados nos mapas em execução.
- Realização de etapas de campo para coleta de amostras d'água para análises físico-químicas e bacteriológicas. Foram selecionados poços nos municípios de Iguatu, Quixelô, Jucás e Icó, sendo realizadas medidas de pH, condutividade elétrica, temperatura da água, sólidos totais dissolvidos, além dos dados do proprietário - localidade, coordenadas UTM e condições pluviométricas.

- Elaboração de Tabelas de Determinação Química da Água, referentes às análises físico-químicas de amostras coletadas nos municípios de Iguatu e Quixelô.
- Em andamento a digitalização do mapa geológico da Bacia do Iguatu, que será utilizado como base.
- Iniciada a elaboração do texto, estando concluídas as seguintes etapas: apresentação, introdução, localização/acesso, aspectos geoambientais e metodologia de trabalho.

4 - Projeto "Causas da Salinização das Águas do Semi-árido Nordestino"

- Análise e tratamento dos dados coletados anteriormente: resultados das análises químicas e físico-químicas de poços cadastrados, obtidos junto à Secretaria de Recursos Hídricos e da Agricultura.
- Realizadas etapas de campo com levantamento pedológico, onde foram percorridos 2.444km e constaram das seguintes atividades: identificação dos tipos de solos nos cortes naturais, descrição das amostras e identificação do horizonte a que pertencem e coleta de 71 amostras de solo.
- Realização de etapas de campo para a coleta de amostras d'água, onde foram percorridos 5.250km e constaram de medição de nível estático, medição do pH e coleta de 64 amostras.
- Elaboração do mapa fotogeológico das Folhas João Câmara, Lages, Apodi, Pau dos Ferros, Catolé do Rocha e Iracema.
- Interpretação, pelos Consultores em Hidrogeologia e Pedologia, dos resultados obtidos nas análises efetuadas em amostras de água e solo.

5 - Projeto "Talco do Paraná"

- Conclusão da Segunda Etapa do Plano de Trabalho do Projeto, que incluiu as seguintes atividades: Mapeamento Litológico, Estrutural e Amostragem; Estudos Geoquímicos Orientativos, Estudos Geofísicos, Amostragem Complementar e Sondagem Exploratória, Análises de Laboratório.

- Em andamento a terceira etapa do plano de trabalho, para consolidação e avaliação de todos os dados obtidos:
- Confecção de lâminas delgadas de amostras de testemunhos de sondagem, locação de 14 furos de sondagem nas áreas I e II, revisão das descrições petrográficas executadas, tratamento dos dados geoquímicos.
- Iniciada a sondagem exploratória, tendo sido realizados cerca de 18,0m lineares.
- Tratamento dos dados geoquímicos analíticos dos testemunhos de sondagem.
- Reinterpretação integrada dos dados da área I e digitalização do mapa geológico na escala 1:10.000.
- Edição dos mapas geológicos das áreas I e II, em escala 1:10.000, para anexar ao relatório final.
- Pesquisa bibliográfica, revisão e integração de todos os dados até o momento obtidos para início da elaboração do Relatório Final.

6 - Projeto "Área de Proteção de Fontes - Distrito Hidromineral de Lindóia - SP"

- Conclusão e entrega do Relatório Final do Projeto.

7 - Projeto "Avaliação Hidrogeológica das Bacias Sedimentares de Mirandiba, São José do Belmonte e Cedro/PE"

- Realização de etapas de campo para atualização dos dados relativos à fotointerpretação geológica e para a coleta de informações relativas a pontos d'água.
- Ordenamento, em laboratório, das informações relativas aos pontos d'água coletados em campo.
- Em andamento os trabalhos relativos ao Estudo Hidrogeológico Preliminar da Bacia Sedimentar de São José do Belmonte.

8 - Projeto "Distritos Mineiros do Estado do Rio Grande do Sul"

- Publicação do Relatório Distritos Mineiros do Estado do Rio Grande do Sul, dentro do Programa Nacional de Distritos Mineiros.

9 – Projeto "Metodologia Aerogeofísica para Determinação de Água Subterrânea em Aqüíferos Fissurais e Cársticos no Distrito Federal"

- Projeto de cooperação, financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UnB e CAESB.

- Aprovado pelo PADCT, na metade do segundo semestre de 1998, porém ainda não foram liberados recursos financeiros.

10 – Projeto "Desenvolvimento de Métodos Petro-Mineralógicos em Exploração Mineral (Resistatos de Granitos e Komatiitos)"

- Projeto de cooperação, financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UnB e ADIMB.

- provado pelo PADCT e já liberado 50% dos recursos financeiros para os trabalhos da primeira etapa. De parte das empresas co-financiadoras da contrapartida a liberação é da ordem de 30%, não incluído o DNPM.

- foram realizadas reuniões para discussão preliminar da programação de trabalho, respectivamente com os responsáveis pela execução do projeto, Profs. Nilson Francisquini Botelho (Estudos dos Resistatos de Granitos) e Cesar Ferreira Fonseca (Estudos dos Komatiitos).

- Duas viagens de campo foram realizadas nas áreas dos "Komatiitos". A primeira pelo Prof. César Fonseca que objetivou o reconhecimento da área a ser mapeada. A Segunda, também coordenada pelo mesmo Professor, teve a participação de técnicos da METAGO e CBPM, empresas co-participantes, e do Prof. Carl Michael Lesher da *Laurentian University* do Canadá, na condição de Consultor Internacional ligado ao projeto. O objetivo dessa expedição foi o de analisar os aspectos geológicos, estratigráficos e vulcanológicos do magmatismo komatiítico do greenstone belt de Crixás/GO, avaliar as suas implicações para as mineralizações de níquel sulfetado e definir detalhes da estratégia de estudos petro-mineralógicos a ser adotada no alvo Crixás.

11 - Projeto "Geocronologia e Caracterização Isotópica de Carbono, Oxigênio e Enxofre de Províncias Auríferas Arqueanas Brasileiras"

- Projeto de cooperação, financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UFMG, UnB e ADIMB.

- Aprovado pelo PADCT e já liberado 50% dos recursos financeiros para os trabalhos da primeira etapa. De parte das empresas co-financiadoras da contrapartida, a liberação é da ordem de 30%, não incluído o DNPM.

- Iniciados os trabalhos de campo em três dos cinco alvos previstos.

12 - Projeto "Caracterização de Depósitos Auríferos em Distritos Mineiros Brasileiros"

- Projeto de cooperação, financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UFMG, UnB e ADIMB.

- Aprovado pelo PADCT e já liberado 50% dos recursos financeiros para os trabalhos da primeira etapa. De parte das empresas co-financiadoras da contrapartida a liberação é da ordem de 30%, não incluído o DNPM.

- Iniciados os trabalhos de campo em três dos cinco alvos previstos.

13 - Projeto "Ouro na Amazônia"

- Projeto de cooperação, financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UFPA e ADIMB.

- Aprovado pelo PADCT e já liberado 50% dos recursos financeiros para os trabalhos da primeira etapa. De parte das empresas co-financiadoras da contrapartida a liberação é da ordem de 30%, ainda não incluído o DNPM.

- Iniciados os trabalhos de campo.

II - PROGRAMA CARTAS DE SÍNTESE E ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO GEOLÓGICA

Esse programa tem como objetivo principal a elaboração de cartas temáticas de síntese, estudos de correlação e integração geológica em nível nacional e internacional, em consonância com os interesses do país.

1 - Projeto "Mapa de Ocorrências e Jazidas Minerais dos Municípios do Estado do Pará"

Concluídos os diagnósticos e apresentados os Relatórios Técnicos correspondentes, envolvendo texto e mapa, dos seguintes municípios do estado do Pará:

- Diagnóstico Mineral do Município de Curionópolis
- Diagnóstico Mineral do Município de Piçarra
- Diagnóstico Mineral do Município de Itaituba
- Diagnóstico Mineral do Município de Floresta do Araguaia
- Em andamento o Diagnóstico Mineral do Município de Canaã dos Carajás.

2 - Projeto "Mapa Geológico do Estado do Rio de Janeiro-RJ – 1: 400.000"

- Publicados o Mapa e o Texto Explicativo. Dados disponíveis em formato digital

3 - Projeto "Mapa Geológico da América do Sul - 1: 5.000.000 "

- Em andamento o processo de revisão da versão digitalizada.

4 - Projeto "Principais Depósitos Minerais do Brasil - Volumes IV/B e IV/C(Minerais Industriais)"

- Publicados os dois volumes - IV/B e IV/C - Rochas e Minerais Industriais.

5 - Projeto "Mapa Geológico do Distrito Federal - 1:100.000"

- Publicado o Mapa e em editoração para impressão o Texto Explicativo. Dados disponíveis em formato digital.

6- Projeto "Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Norte -1:500.000"

- Publicado o Mapa com legenda auto-explicativa. Dados disponíveis em formato digital.

7 - Projeto "Mapa Geológico Integrado da Região de Guarinos/Pilar de Goiás - 1:50.000/GO"

- Publicado o Mapa com legenda auto-explicativa. Edição em *plotter* ; dados disponíveis em formato digital

8 - Projeto "Mapa Geológico do Estado de Pernambuco"

- Realização de etapas de campo para cheque final dos dados de fotointerpretação geológica para conclusão do mapa geológico das três bacias sedimentares.
- Integração dos dados geológicos das bacias sedimentares para atualização do mapa geológico do Estado de Pernambuco.

9 - Projeto "Mapa Integrado da Bacia do Prata" (Geológico, Recursos Minerais e Hidrogeológico)

- Concluído o mapa de integração geológica da Bacia do Prata e correspondente Nota Explicativa, e liberadas cópias digitalizadas.
- Em elaboração os temas de Recursos Minerais e Hidrogeológico.

10 - Projeto " Mapa da Superfície Curie do Brasil"

- Concluída a elaboração dos seguintes mapas: Mapa da Superfície Curie Interpretada do Brasil, em escalas 1:2.500.000 e 1:1.000.000 e Mapa da Amplitude do Sinal Analítico Interpretado do Brasil em escalas 1:2.500.000 e 1:1.000.000. Foram também concluídos os respectivos CD-ROMs desses produtos.

11 - Projeto "Mosaicos de RADAM na Forma Digital"

- Em fase de finalização do trabalho de "escanerização" de 540 imagens do Projeto Radam-Brasil, que vem sendo desenvolvido no Setor de Sensoriamento Remoto da Superintendência de Exploração e Produção da Petrobrás. Até o momemto já fora processado 80% do volume total.

III - PROGRAMA ESTUDOS DE PROJETOS ESPECÍFICOS

Esse programa visa a realização de trabalhos de pesquisa de detalhe em depósitos e/ou ocorrências minerais objetivando o entendimento dos controles geológicos das mineralizações, avaliação de potencialidades e definição de modelos genéticos. Abrange as seguintes linhas de projetos: *Execução Direta do DNPM* (Sede e Unidades Regionais); *Cooperação Técnico-científica Nacional e Internacional*, na forma de acordos, convênios, etc., entre órgãos/instituições governamentais, universidades e empresas de mineração.

a) Cooperação Técnico-Científica Nacional/Internacional

1 - Projeto "Distrito Gemológico de Minas Gerais - Região Leste"

- Concluída a digitalização das fichas de cadastramento dos corpos/campos pegmatíticos levantados.
- Em andamento a compilação do mapa geológico na escala 1:500.000.

2 - Projeto "Estudo de Técnicas de Sensoriamento Remoto para Prospecção Mineral"

Projeto de Cooperação dentro do Acordo BRASIL / JAPÃO

Participantes: Lado Brasileiro (DNPM, INPE e PETROBRÁS); Lado Japonês (ERSDAC)

- O projeto esteve suspenso temporariamente; foi retomado no início de dezembro com levantamento de campo na área Paracatu-Vazante/MG-Cristalina/GO.

3 - Projeto "Avaliação dos Recursos Minerais da Plataforma Interna do Estado do Ceará - Costa Leste"

Projeto de Cooperação envolvendo DNPM e o LGMA/UFC - Laboratório de Geologia Marinha e Aplicada da Universidade Federal do Ceará.

- Conclusão do texto sobre granulados siliclásticos que constitui-se na dissertação de mestrado da geóloga responsável pelo projeto.
- Publicado o Relatório "Cobertura Sedimentar Quaternária da Plataforma Continental do Estado do Ceará".

4 - Projeto "Estudo de Desenvolvimento em Pesquisa Mineral: Exploração de Ouro em Alta Floresta/MT" (Acordo de Cooperação Técnica Brasil/Japão)

- Concluída a primeira etapa de campo do projeto com amostragem geoquímica de solos dos blocos B e C, e envio de amostras para os laboratórios de Vancouver e Tóquio.
- Pesquisa bibliográfica para auxiliar na elaboração do relatório da primeira etapa.
- Reconhecimento geológico dos blocos E, F, G e H.
- Em andamento a elaboração do relatório final da primeira etapa do projeto.

b) Apoio a Teses - Convênios e Acordos DNPM/Universidades

- Em fase de conclusão quatro teses de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

1 - Estudos dos Depósitos de Ouro do Sul do Brasil;

2 - Metalogenia do Cromo e Platina no Maciço Cerro da Mantiqueira - RS;

3 - Metalogenia do Nióbio e Terras Raras no Manto de Alteração da Jazida de Catalão - GO;

4 - Alteração Hidrotermal em Zona de Cisalhamento no Depósito de Esmeralda de Itabira - MG.

- Em andamento a tese de mestrado pela Universidade de Brasília: *"Geologia e Mineralização Aurífera na Porção Central do Greenstone Belt de Pilar de Goiás - GO".*
- Em andamento a tese de doutoramento pela Universidade de Brasília e Escola de Minas do Colorado e Serviço Geológico Americano: "*Integração de Dados Geológicos, Geofísicos e de Sensores Remotos no Greenstone Belt Rio das Velhas – MG"*

c) Execução Direta - DNPM

1- Projeto "Controle e Disciplinamento do Uso das Águas Termais de Caldas Novas/Rio Quente - GO"

- Monitoramento das vazões dos poços relacionados com o aquífero termal, com realização de leituras dos hidrômetros. Aqueles que extrapolaram os limites de vazões aprovados, foram interditados e multados.
- Monitoramento de temperaturas, níveis dinâmicos e estáticos dos poços.
- Fechamento de alguns poços perfurados para água fria e que comprovadamente têm contribuição do aquífero termal.
- Iniciado por FURNAS, a pedido do DNPM, o levantamento das cotas e coordenadas geográficas dos poços frios.
- Realizado no município de Rio Quente um levantamento geral dos poços, com medição de vazão, temperatura, nível dinâmico, nível estático e cadastramento de poços.

2 - Projeto "Rochas Ornamentais do Estado do Ceará"

- Treinamento preliminar da equipe do projeto com o aparelho GPS.
- Etapas de campo (março, abril, maio/98) para observação das condições físicas e conhecimento das áreas de pesquisa indicadas por seus titulares. As áreas visitadas referem-se aos processos 800.287/92 (Mineração Santa Rosa), 800.539/94 (Modulados Danilo Marques), 800.542/94 (Granitos Capivara), 800.073/95 (Intergran), 800.472/93 (Granos), 800.078/88 (Granos) e 800.433/88 (Fazenda Santana).
- Tratamento dos dados coletados em campo durante o treinamento e confecção do mapa planialtimétrico da área da Fazenda Santana, na escala 1:100.
- Levantamento planialtimétrico de áreas selecionadas para pesquisa: Fazenda Logradouro-Santa Quitéria, Granito Meruoca Clássico-Meruoca, Granito Casa Rosada-Pedra Branca, Serrote do Patú-Senador Pompeu.
- Execução de bases planialtimétricas em escala 1:100 para confecção dos mapas lito-estruturais do projeto (Granito Meruoca Clássico, Granito Casa Rosada e Granito Verde Ventura).
- Levantamento geofísico (georadar) nas áreas acima relacionadas para pesquisa.
- Mapeamento de detalhe (1:100) da área denominada Capim, na Serra da Meruoca, município de Meruoca.

- Compatibilização das bases geológica e planialtimétrica da área da Fazenda Santana.
- Em andamento a consolidação dos resultados finais referentes às três áreas pesquisadas: Fazenda Santana, Capim e Patú.
- Estão suspensas temporariamente as atividades de campo programadas.

3 - Projeto "Levantamento das Potencialidades de Granitos, Mármores e Outras Rochas Ornamentais para fins de Revestimento na Bacia do Rio Paraguai/MT"

- Visita ao Laboratório de Materiais Rochosos da Divisão de Geologia e Laboratório da Engenharia Civil no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP), para acompanhamento dos processos envolvidos em ensaios tecnológicos de rochas para revestimentos.
- Confecção de lâminas petrográficas na Universidade Federal de Mato Grosso - Divisão de Recursos Minerais.
- Concluída a elaboração do Relatório Final do Projeto.
- Encontra-se na Gráfica para impressão o Catálogo de Rochas Ornamentais.

4 - Projeto "A Mineração no Contexto Econômico do Amazonas"

- Cadastramento e caracterização jurídica das empresas envolvidas nas atividades de exploração de argila (fabricação de tijolos e telhas), areia, seixo, etc, utilizando-se um questionário de pesquisa. Os dados levantados referem-se a situação geográfica, mão-de-obra, método de lavra, equipamentos utilizados, produção de tijolos e telhas, custo operacional, capacidade instalada, etc. Foram visitados os municípios de Tefé, Alvarães, Coari, Codajás, Anori, Beruri, Humaitá, Lábrea, Auxiliadora, Manicoré e Borba, na calha do rio Madeira.
- Além das etapas de campo, foram iniciados os mapas geológico e político do Estado do Amazonas na escala 1:2.500.000, pesquisa bibliográfica, tratamento e digitalização dos dados de campo.
- As atividades de campo do projeto encontram-se suspensas devido a escassez de recursos humanos.

IV - PROGRAMA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA GEOLÓGICA

Esse programa tem como objetivo manter, preservar, pesquisar e difundir o acervo que constitui a Memória Geológica Nacional, em especial: monumentos/sítios geológicos; depósitos fossilíferos; museus de minerais, rochas e materiais relacionados, bem como apoiar eventos técnico-científicos realizados no País.

1 - Projeto "Apoio a Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe/Ce"

- Continuação das atividades de fiscalização, catalogação de fósseis e apoio a pesquisadores.

2 - Projeto "SIGMETA"

- Em andamento a atividade de alimentação permanente do Banco de Dados de Recursos Minerais. Atualizados os dados referentes a jazidas dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

3 - Projeto "SIGHIDRO"

- Em andamento a atividade de alimentação permanente do Banco de Dados das Fontes Hidrominerais do Brasil.

4 - Projeto "SISON"

- Em andamento o programa de alimentação, complementação e alimentação permanente do Sistema, bem como o aperfeiçoamento da Base de Dados na Sede, com a atualização de municípios para atendimento das Unidades Regionais.

5 - Projeto "Museu de Ciências da Terra"

- Em andamento a compilação de dados para o Arquivo Biográfico e o texto do trabalho "História do DNPM" (Do Rio a Brasília), bem como a seleção de fotos que o ilustrarão, cuja legenda vem sendo desenvolvida.
- Iniciadas as pesquisas externas para a elaboração das legendas das fotos do trabalho "Imagens do Rio de Janeiro no Tempo de Derby".
- Elaborados os textos e legendas das fotos que deverão constituir a exposição "Um Palácio na História Geológica Brasileira", cuja inauguração está prevista para março de 1999, data em que o DNPM comemora 65 anos.

- Lançamento oficial do Livro "Imagens do Brasil no Tempo de Derby".

6 - Projeto "Sítios e Monumentos Geológicos e Paleontológicos do Brasil"

- Analisados e selecionados os trabalhos que comporão a obra. De um total de 143 propostas analisadas, foram selecionadas 63, no primeiro estágio, e mais 27 pendentes de reestruturação e complementação.

- Foram encaminhadas cartas aos autores indicados pela Comissão para descrição dos sítios, solicitando, a cada um deles, confirmar se está disponível para descrever o sítio que lhe foi sugerido.

7 - Projeto "Conversão de Fitas STREAMER em CD-ROM"

- Concluído o processo de conversão da coleção de fitas STREAMER de imagens de satélite do acervo técnico do DNPM em CD-ROM, como forma de garantir a sua preservação.

8 - Projeto "Apoio a Eventos Técnico-Científicos(Congressos, Simpósios, Encontros, Reuniões, Workshops, etc)

- Acompanhamento dos testes de bombeamento e poços tubulares em Ibirá(SP), janeiro/fevereiro/98.
- Reunião de Embalagens Plásticas para Água Mineral e de Mesa para garrafão de 10 e 20l retornáveis e/ou reutilizáveis, na ABRE-Associação Brasileira de Embalagem, em São Paulo, fevereiro/98.
- Reunião no 6º Distrito do DNPM/Goiânia para tratar do Programa Estudos de Distritos Mineiros, fevereiro/98.
- Participação no INPE (São José dos Campos/SP) da Reunião de Coordenação do Convênio Brasil-Japão, fevereiro/98.
- Participação da 4ª e 5ª Reunião da Autoridade Internacional de Fundos Marinhos, representando o DNPM na discussão da regulamentação para exploração e aproveitamento dos recursos minerais dos fundos oceânicos, em Kingston (Jamaica), março e agosto/98.
- Participação de Reuniões com técnicos do Distrito do DNPM, do DAEE/SP, da Comissão Permanente de Crenologia e do Workshop sobre Controle de Qualidade das Águas Minerais, Importância e Significação das Análises Microbiológicas e Físico-Químicas, em São Paulo/SP, março/98.

- Participação da 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Sessão Ordinária do Grupo de Trabalho Permanente para elaboração da Proposta Política do Levantamento da Plataforma Continental e Reunião na CPRM para tratar da execução do Geology World Atlas e de assuntos relacionados às atividades brasileiras junto à Comission of the Geological Map of the World, no Rio de Janeiro/RJ, em março, julho, setembro e dezembro/98.
- Participação a nível de Coordenação da Reunião Internacional do Grupo de Trabalho da Comissão Temática de Geologia e Mineração/SGT-2 do MERCOSUL, para a elaboração do "Mapa de Integração Geológica, de Recursos Minerais e Hidrogeológico da Bacia do Prata e Áreas Adjacentes", em março/98 (nas cidades de Chui e Porto Alegre), em maio/98 (na localidade de Cólon/Argentina), em junho/98 (na cidade de La Paz/Bolívia), em agosto/98 (Assunção/Paraguai), em setembro/98 (Porto Alegre/RS) e em dezembro/98 (Salvador/BA).
- Participação do IX e X Curso sobre Águas Subterrâneas, Convênio DNPM/ABAS, realizados em Cuiabá/MT (abril/98) e em São Paulo/SP (setembro/98).
- Participação do II Simpósio de Hidrogeologia do Nordeste e I Hidroroc do Brasil, promovido pela ABAS, em Recife/PE, em abril/98.
- Participação dos trabalhos de vistoria de lavra das fontes das águas minerais, no município de Presidente Figueiredo/AM (em maio/98),
- Participação da Reunião de demonstração do segundo protótipo de usuários do SIVAN, em São Paulo/SP, em maio/98.
- Participação da Reunião da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) - Embalagens Plásticas para Água Mineral e de Mesa, em São Paulo/SP, em maio, julho e agosto/98.
- Coordenação e acompanhamento de execução/revisão de projetos de interesse da DIREX, em convênio com a CPRM, no Rio de Janeiro/RJ, em junho/98.
- Fiscalização das atividades de pesquisa realizadas nas empresas de águas minerais, dentro da programação do Plano Nacional de Fiscalização, em Belém/PA, em junho/98.

- Participação do II Fórum de Debates " Água Mineral, um Patrimônio Ameaçado", promovido pela ABAS, em São Luiz/MA, em junho/98.
- Participação do 1º e 2º Módulos do Curso "Exploração Geofísica Terrestre por Métodos Gravimétricos, Magnetométricos e Gamaespectrométricos", realizado em Brasília/DF, em junho e julho/98.
- Representar o DNPM no Encontro de Perfuradores de Poços do Ceará, realizado em Fortaleza/CE, em julho/98.
- Participação do Curso "Prospecção Geoquímica em Terrenos Lateríticos", realizado em Brasília/DF, em agosto/98.
- Participação do I Congresso e Exposição de Geotecnologia do Nordeste, realizado em Recife/PE, em agosto/98.
- Participação dos trabalhos da 1ª Reunião da Comissão Organizadora do Workshop Nacional de Águas Minerais, em Belo Horizonte/MG, em agosto/98.
- Participação do XL Congresso Brasileiro de Geologia, realizado em Belo Horizonte/MG, em outubro/98.
- Participação de Mesa Redonda e Sessões Técnicas sobre Recursos Hídricos, em especial da região Nordeste, no Rio de Janeiro/RJ, em outubro/98.
- Participação do 7º Congresso Brasileiro da Indústria de Águas Minerais e Expo-ABINAM/98, realizado em Curitiba/PR, em novembro/98.
- Participação da Reunião do Comitê Científico Preparatório do 31º IGC, na Casa Brasil 2000, no Rio de Janeiro/RJ, em dezembro/98.
- Participação no lançamento das obras "Imagens do Brasil no Tempo de Derby" e "Mapa Geológico do Estado do Rio de Janeiro", realizado no DNPM/RJ, em novembro/98.
- Participação no lançamento do "Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Norte", realizado na Palácio do Governo em Natal/RN, em dezembro/98.
- Participação de Reuniões de Trabalhos com Membros da Comissão Permanente de Crenologia e com Técnicos do DAEE/SP e empresa de Águas Minerais de Ibirá, sobre áreas de proteção do balneário de Ibirá/SP, em dezembro/98.

Atividades da Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral - DIDEM

DIVISÃO DE MINAS E CONTROLE AMBIENTAL NA MINERAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral - DIDEM, através da Divisão de Minas e Controle Ambiental na Mineração - DMCAM, alicerçada em sua competência regimental, apresenta a "RELATÓRIO DE ATIVIDAES 1998" abrangendo as áreas: tecnologia mineral, segurança e controle ambiental.

A filosofia de trabalho tem como princípio fundamental a busca de soluções técnicas bem como a pesquisa de alternativas tecnológicas a partir do "know-how" nacional, trabalhando de forma integrada com empresas de consultoria, fundações, centros de pesquisas, universidades, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, de forma a contribuir, na implementação de ações direcionadas ao apoio tecnológico, a orientação técnica, e a normalização, para o efetivo desenvolvimento da mineração.

As ações a serem empreendidas em Tecnologia Mineral priorizam o apoio a empresa de mineração exercido sobre o processo produtivo.

Enfoca um alvo de preocupação fundamental - a atividade da pequena e média empresa de mineração cuja deficiência tecnológica é preocupante dada as conseqüências de ordem econômica, social e ecológica que acarretam.

As ações do Controle Ambiental na Mineração traduzem a necessidade e a prioridade do DNPM em promover o incremento da produção mineral brasileira dentro da concepção moderna do desenvolvimento auto-sustentável, indicando caminhos para a harmonização entre a atividade de mineração e a indispensável proteção do homem e o do meio ambiente.

A Segurança na Mineração centraliza sua atuação na valorização do trabalho pela melhoria das condições de segurança e higiene do trabalho e a normalização da atividade, de forma a reverter o lamentável quadro nacional das estatísticas de acidentes de trabalho e doenças profissionais - atuação de importante reflexo na área social e na viabilidade técnica e econômica do empreendimento mineiro.

O treinamento de pessoal é outra característica marcante das ações que se propõe, pois é considerado como vetor fundamental de sustentação de qualquer

atividade especializada, e tem como princípio a valorização da pessoa humana em seu ambiente de trabalho e na sua relação com o meio social.
Pelos fundamentos postulados, a Divisão de Minas e Controle Ambiental na Mineração - DMCAM, busca promover o desenvolvimento tecnológico do Setor de Mineração do País, em harmonia com o meio ambiente assegurando a melhoria das condições de segurança e higiene nos ambientes de trabalho bem como a da qualidade de vida, direcionando a ação à busca de alternativas tecnológicas adequadas às especificidades inerentes às atividades da indústria extrativa mineral.

2. METAS

1. Desenvolvimento de programas e/ou projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico do setor de gemas.
2. Desenvolvimento de programas e/ou projetos, de cunho preventivo e corretivo, com a finalidade de promover o controle dos impactos ambientais provocados pela atividade de mineração;
3. Publicações de trabalhos técnicos.

3. AÇÕES

A implantação das ações tomaram por base:
- o desenvolvimento de programas e/ou projetos;
- os acordos de cooperação técnico-científica internacionais;
- o treinamento de pessoal;
- publicações técnicas;
- as atividades de rotina.

3.1 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E/OU PROJETOS

3.1.1 TECNOLOGIA MINERAL

3.1.1.1 TECNOLOGIA DE GEMAS

OBJETIVO: Desenvolvimento de testes tecnológicos de avaliação do classificador miniaturizado de gemas de cor: ametista; informes tecnológicos das gemas

brasileiras; elaboração do boletim de preços das gemas brasileiras, com enfoque a avaliação tecnológica e mercadológica. O estudo está em desenvolvimento através do Convênio DNPM-IBGM, cujos produtos serão entregues juntamente com a Prestação de Contas, até janeiro/99.

3.1.2 DIFUSÃO DE TECNOLOGIA PARA A RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MINERAL

3.1.2.1 PUBLICAÇÕES TÉCNICAS

1. Informativo Anual da Indústria Carbonífera – 1996 (Ano-Base 1995).
2. Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de Fortaleza.
3. Ágata do Rio Grande do Sul.
4. Ametista do Alto Uruguai: Aproveitamento e Perspectivas de Desenvolvimento.

3.1.2.2 AQUISIÇÃO DE IMAGENS DE SATÉLITE

Foram adquiridas imagens de satélites arquivo CD-ROM/INPE, concluindo-se a cobertura da Amazônia brasileira.

3.1.3 TECNOLOGIA PARA A SEGURANÇA NA MINERAÇÃO

3.1.3.1 NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTARES – DISCUSSÃO CONJUNTA DNPM – SSST/MTb

O DNPM, através da DMCAM/DIDEM, participa das discussões junto a SST/MTb sobre normas técnicas e regulamentares na área de segurança, higiene e saúde no ambiente de trabalho. Foi elaborada a norma NR 22 – NORMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA MINERAÇÃO, que se encontra em fase de consolidação para finalização.

3.2 MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE MINAS E GARIMPOS PARA A MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

3.2.1 CENTRO NACIONAL DE TREINAMENTO PARA O CONTROLE DA POLUIÇÃO NA MINERAÇÃO NO BRASIL – CECOPOMIN

OBJETIVO: O CECOPOMIN tem como objetivo o desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de pessoal, promovendo a transferência de “know-how” e tecnologia para habilitar os técnicos do DNPM, organismos oficiais, empresas de mineração, entidades privadas, no domínio de técnicas modernas de manuseio de aparelhos e equipamentos aplicados ao monitoramento ambiental da atividade de mineração bem como a introdução de estudos ambientais de casos específicos visando o treinamento de pessoal do DNPM envolvido na fiscalização do controle ambiental da atividade de mineração.

3.2.1.1 MONITORAMENTO DE PEDREIRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Os estudos foram consolidados no informe “Avaliação das Condições Ambientais de Empresas Beneficiadoras de Calcário na Região da Grande Curitiba (PR)”. Evidenciou a necessidade de ações junto as empresas com o objetivo de controle da poeira, ruído e vibração.

3.2.1.2 POLUIÇÃO HÍDRICA E DE SOLOS EM ÁREAS DE GARIMPO DE OURO EM SERRITA (PE)

Os estudos foram consolidados no informe “Diagnóstico da Poluição Hídrica Decorrente da Atividade de Extração de Ouro na Região de Serrita (PE)”. Foram detectados mercúrio e arsênio principalmente próximo aos locais das antigas áreas de extração de ouro (garimpo e unidades de beneficiamento de rejeitos de garimpo). Há recomendação para a continuidade dos estudos visando o detalhamento das áreas contaminadas e a caracterização da dispersão do mercúrio e arsênio.

3.2.1.3. POLUIÇÃO HÍDRICA EM POCONÉ (MT)

Os estudos foram consolidados no informe “Controle da Poluição Mercurial na Região de Poconé (MT)”, concluindo pela continuidade dos estudos visando uma melhor homogeneização dos dados e representatividade no tratamento estatístico para que se possa estabelecer o monitoramento de rotina.

3.2.2. CADASTRO DE ACIDENTES AMBIENTAIS NA MINERAÇÃO

Foi atualizado o banco de dados sobre acidentes ambientais na mineração, que indica ações prioritárias a serem desenvolvidas futuramente visando a reversão do processo. É caracterizado como trabalho de rotina.

3.3 COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS PARA A REABILITAÇÃO DE ÁREAS MINERADAS

3.3.1 INVENTÁRIO DE ÁREAS DEGRADADAS PELA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO

OBJETIVO: Desenvolvimento de ações conjuntas DNPM – IBAMA, visando:

1. Estudos ambientais de cunho preventivo/corretivo.
2. Diagnóstico ambiental de áreas degradadas pela atividade de mineração.

SITUAÇÃO: Entendimentos DNPM-IBAMA estão em andamento para a consecução desses objetivos.

4. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA INTERNACIONAIS

4.1 DNPM/BRASIL – JICA/JAPÃO

4.1.1 CENTRO DE ESTUDOS E ANÁLISES DE MERCÚRIO PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA (5ºDistrito –DNPM-PA)

4.1.1.1 ESTUDO DA POLUIÇÃO MERCURIAL – GARIMPO DE CACHOEIRO (PA)

Foram coletadas 80 amostras de sedimentos e água visando estudos laboratoriais para a detecção de mercúrio inorgânico. Em andamento o processamento de análises em laboratório.

4.1.1.2 ESTUDO DA POLUIÇÃO MERCURIAL NO GARIMPO DE ARAPAPÁ (RO)

Os estudos realizados concluíram que a dispersão do mercúrio inorgânico nos sedimentos e água, bem como suas concentrações acham-se dentro dos limites aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e da legislação ambiental vigente.

4.1.1.3 LEVANTAMENTO DE CARTOGRAFIA BÁSICA DO GARIMPO DE ALEGRE (PA)

Foram concluídos os trabalhos de campo visando a obtenção de cartografia básica para o planejamento de amostragem, objetivando o estudo da poluição

mercurial. A cartografia básica se refere a mapas de drenagem e de situação da área.

4.2 DNPM/BRASIL – Ministerio de Energía y Minas/PERU

4.2.1 RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ZONA DE HUAYPETUHE

O governo brasileiro desenvolve cooperação técnica internacional Brasil – Peru na área ambiental no setor de mineração, cabendo ao DNPM a responsabilidade de implantação de um projeto intitulado "RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ZONA DE HUAYPETUHE. O DNPM entregou à Agência Brasileira de Cooperação (órgão do Ministério das Relações Exteriores) 2 (dois) relatórios – versão português e espanhol, constando de ações a serem implementadas no Exercício de 1999.

5. ATIVIDADE DE ROTINA

- Apoio técnico-administrativo à Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral.
- Apoio técnico aos Distritos Regionais.
- Viagens e visitas aos Distritos Regionais e as áreas de atividade de mineração.

DIVISÃO DE ECONOMIA MINERAL

INTRODUÇÃO

À Divisão de Economia Mineral – DEM, compete a execução da coleta, processamento e divulgação das estatísticas e informações econômicas, relacionadas ao setor mineral brasileiro.

A outra tarefa inseparável constitui–se, precisamente, nos estudos e análises dos aspectos mais relevantes relacionados ao setor e que se destinam a embasar as prioridades da Política Mineral e os Planos de Governo para esse segmento da economia.

Além dessas atribuições, a Divisão de Economia Mineral - DEM tem a responsabilidade de exercer o controle da fiscalização sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM e pelo comércio de bens minerais.

Para tanto, o orçamento consignado à Divisão de Economia Mineral- DEM, neste ano, interferiu negativamente na geração das informações oportunas e confiáveis sobre o processo da produção e no desenvolvimento de estudos sobre a performance do setor mineral, funções básicas a serem cumpridas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

As atividades abaixo relacionadas, desenvolvidas pela Divisão de Economia Mineral – DEM, em 1998, no âmbito da sua competência, distribuiu-se pelo Serviço de Estatística e Análises Econômicas – SEAE e pelo Serviço de Estudos de Política Mineral – SEPM, que por sua vez coordenam os trabalhos relativos às suas áreas de atuações junto aos Distritos do DNPM.

No propósito de disciplinar o processo de estudos, análise e informações técnicas e econômicas, aumentar a velocidade e confiabilidade das informações e intensificar os fluxos de dados entre os Distritos do DNPM, estão em fase de conclusão, na área de informática, o desenvolvimento de dois programas para processar o Relatório Anual de Lavra Consolidado – Sisralc, necessário para a elaboração do Anuário Mineral Brasileiro e o sistema de processamento de dados da CFEM, que permite a apuração dos recolhimentos em nível de Estados, Municípios e empresas, onde são discriminados a produção comercializada, o faturamento e o recolhimento efetivado.

Anuário Mineral Brasileiro

Publicação de caráter anual, editada pelo DNPM desde 1972, é um instrumento básico de análise e planejamento do setor, constituindo–se no principal banco de dados existente sobre a mineração brasileira.

Meta: Publicar o volume XXVI – ano-base 1996.

Situação: Concluído. Disponível na home page do DNPM.

Sumário Mineral

Consiste em importante instrumento de análise e acompanhamento do setor mineral, na medida em que apresenta uma comparação, à nível internacional, do panorama de cada uma das substâncias analisadas, além de antecipar, através de

estimativas, os dados que só estarão disponíveis no Anuário Mineral Brasileiro, no ano subsequente.

Meta: Publicar o volume XVIII – ano-base 1997.

Situação: Concluído. Disponível na home page do DNPM.

Investimento em Pesquisa Mineral

Avalia a evolução dos investimentos anuais em pesquisa mineral procurando identificar seus determinantes, explicar seu comportamento e qualificar seu desempenho. Os investimentos em pesquisa mineral representam a fase de maior risco no ciclo de produção da indústria mineral e apresentam, ao mesmo tempo, importância estratégica por permitirem a manutenção e aumento do patrimônio mineral.

Meta: Elaborar relatório das informações no segundo semestre de 1998, referentes aos dados de 1997.

Situação: Concluído.

Boletim de Preços

Divulga as cotações dos bens minerais, gemas, produtos metalúrgicos e produtos correlatos.

Meta: Proceder uma revisão do periódico, transformando-o em um instrumento de efetiva utilidade para o empreendedor mineiro, traders e o público em geral.

Situação: Editado no primeiro semestre o Boletim Referencial de Preços de Diamantes e Gemas de Cor, resultante da parceria entre esta Autarquia e o IBGM. O Boletim de Preços -– Bens Minerais e Produtos Metalúrgicos, totalmente remodelado, encontra-se com o seu cronograma de reestruturação concluído, aguardando, porém, a liberação de recursos financeiros para a implantação de um conjunto de novos procedimentos operacionais para aplicação nas próximas edições. Essas alterações abrangem:

a) a organização das equipes e sua sistemática de trabalho;

b) o universo de abrangência do Boletim, e

c) a modelagem do periódico quanto a forma de disponibilização ao usuário, considerando inclusive, a possibilidade de sua veiculação através da home page do DNPM.

Acompanhamento do Mercado do Estanho

Acompanha e analisa os dados de mercado do estanho conforme a Portaria nº 80, de 19/09/90, comparando com os dados disponíveis no DNPM sobre as concessões minerais das empresas minerais, verificando sua compatibilização.

Meta: Assessorar e fornecer informações aos órgãos encarregados de efetivar o controle integrado da produção e comercialização da cassiterita e do estanho nacional.

Situação: Em pleno funcionamento.

Investimentos em Mineração e Metalurgia

Avaliar anualmente os programas de investimentos em implantação e expansão de projetos de mineração e metalurgia. A quantificação dos investimentos nessas áreas, são ferramentas indispensáveis para a realização de estudos e análises, visando projetar o comportamento futuro da oferta de produtos mínero-metalúrgicos. Este projeto visa ainda, caracterizar esses investimentos, em termos de origem e propriedade do capital, de modo a fornecer um panorama anual da política de investimentos adotado pelos principais grupos empresariais atuantes na mineração brasileira.

Meta: Montar uma base de dados informatizado para o tratamento das informações e emissão de relatórios.

Situação: Em fase de conclusão.

Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, parágrafo 1º, assegurou aos Estados, Distrito Federal, Municípios e União a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Esse preceito constitucional foi disciplinado pelas Leis nºs 7.990/89 e 8.001/90.

Com a assinatura do Memorando Circular nº 071, em 02 de maio 1997, pelo Sr Diretor-Geral do DNPM, teve início o Programa Nacional de Arrecadação da CFEM. Foram estabelecidos alvos de arrecadação, distribuídos pelos Distritos Regionais do DNPM, cabendo a cada um deles, ao longo do período 1997/2000, alcançar a respectiva arrecadação potencial.

Meta: Foi estabelecida para o ano de 1998, a arrecadação de R$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais).
Situação: Com base nos recolhimentos registrados pelo Banco do Brasil até outubro, estima-se que a arrecadação total alcance R$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), ou seja, 99% do estabelecido no Programa para este ano.

Controle da Importação de Amianto

Proceder a autorização de importação de asbesto/amianto, da variedade crisotila, em qualquer de suas formas.
Meta: Interligar o DNPM, como órgão anuente, ao Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, que é a sistemática administrativa do comércio exterior brasileiro, no registro, acompanhamento e controle das diferentes etapas das operações para a importação de amianto. Permitindo, assim, um enorme ganho em agilização, confiabilidade, rápido acesso a informações estatísticas e redução de custos.
Situação: Em pleno funcionamento.

Atividades Diversas

Reunião com o corpo técnico da Seção de Economia do 5º, 6º e 19º Distritos, sobre os procedimentos de fiscalização necessários a cobrança da CFEM.
Elaboração do Boletim Informativo da CFEM, com informações inerentes às atividades desenvolvidas sobre a CFEM.
Participação de técnico em reuniões com a Procuradoria desta Autarquia, com o objetivo de desenvolver estudo técnico-jurídico, que possibilite a inscrição das empresas devedoras da CFEM no CADIM.
Participação de técnico em reuniões do Subgrupo nº 02 – Mineração do MERCOSUL.
Elaboração dos estudos econômicos sobre o “Indicador da Produção Mineral Brasileira e o “Universo da Mineração Brasileira”, este último já disponibilizado na Home Page.

Atividades da Diretoria Operações

DIROP

1 – Divisão de Autorizações e Concessões

- Foram outorgados 12.000 Alvarás para Pesquisa Mineral; totalizando 13.423.206 hectares.
- Foram concedidas 660 Permissões de Lavra Garimpeira.
- Foram concedidas 137 Portarias de Lavra.

Em anexo quadros demonstrativos das atividades exercidas no ano de 1998, referentes a DIACON/SOTIM/SEAUS.

Explicações:

Os quantitativos acima demonstram os avanços alcançados em relação aos exercícios anteriores, especialmente na outorga de Alvarás para Pesquisa Mineral, onde foram concentrados maiores esforços e otimizados instrumentos de trabalho, a exemplo da informática.

Os 12.000 Alvarás outorgados correspondem a um aumento de 200% se comparados aos 4.200 outorgados no exercício de 1997 e a 300% se comparados à média anterior que era de 3.000 alvarás/ano. Este número representa o esforço gigantesco que o órgão vem fazendo para eliminar o passivo processual superior a 80.000 pedidos, acumulados, especialmente, nos anos de 1994 a 1996, quando foram eliminados os emolumentos.

No que se refere aos recursos financeiros, o caso é extremamente dramático, pois não há recursos mínimos para o deslocamento de pessoal técnico paras as Unidades Regionais e entre elas, para viabilizar os trabalhos de controle de áreas para expansão da outorga de alvarás, não havendo recursos sequer para pagar a Imprensa Nacional, referente aos custos de Publicação dos Alvarás, chegando ao final do exercício com uma dívida superior R$1.500.000,00. Tudo isso sabendo-se que os 13.423.206 hectares outorgados no exercício deverá gerar arrecadação anual de aproximadamente o mesmo valor em reais.

Um retorno superior a 600% em relação aos recursos investidos, sem considerar o principal que é fomentar a pesquisa e descoberta de novas jazidas, assim como evitar a oneração de áreas sem nenhuma atividade, portanto, sem nenhum retorno ou benefício para a sociedade.

ATOS PUBLICADOS PELO SOTIM/DIACON/DIROP

Período de 01/01/98 a 15/12/98

PORTARIAS DE LAVRA	137
ALVARÁS DE PESQUISA	12.000
PRORROG. ALVARÁ 01 ANO	33
PRORROG. ALVARÁ 02 ANOS	26
PRORROG. ALVARÁ 03 ANOS	253
REL. APROVADO ART. 30 INCISO I	614
REL. NEGA ART. 30 INCISO II	1.100
RAL FORA DO PRAZO	------
PERMISSÃO L. GARIMPEIRA (PLG)	660
RENOVAÇÃO PLG	------
EXIGÊNCIAS	20.437
INDEFERIMENTO (ART 18)	8.446
INDEFERIMENTO DE PLANO	776
INDEFERIMENTO § 3º ART. 21	6.402
INDEFERIMENTOS	79
RENÚNCIA INCISO II ART. 22	1.131
HOMOLOGA DESISTÊNCIA	12.948
DECLARAÇÃO DE PRIORIDADE	126
AUTOS DE INFRAÇÃO	------
ARQUIVAMENTO DEFINITIVO	11.824
CESSÃO DE DIREITOS	1.375
INCORPORAÇÕES	61
NEGA ANUÊNCIA DE CESSÃO	20
CERTIDÕES / DECLARAÇÕES	83
AVERBAÇÕES FINANCIAMENTOS E/ OU ARRENDAMENTOS E RESCISÃO DE ARRENDAMENTO	74

2 – Divisão de Controle da Fiscalização e Normatização

Foram realizadas Fiscalizações de Pesquisa, de Lavra, Inspeções de Atividades Clandestinas, atendimento de denúncias e vistorias em obediência às determinações da justiça, nas 25 Unidades Regionais do DNPM.

- Foram realizadas inspeções técnicas (fiscalização) em 502 títulos de lavra.
- Foram realizadas inspeções técnicas em 322 alvarás de pesquisa mineral em andamento.
- Foram realizadas inspeções técnicas em 264 alvarás, com Relatório Final de

Pesquisa.
- Foram realizadas inspeções técnicas em 69 áreas em atendimento de denúncias de irregularidade de extração mineral.
- Foram realizadas inspeções técnicas em 70 títulos de licenciamento de exploração mineral.
- Foram realizadas vistorias técnicas em 420 áreas com lavras clandestinas/irregulares de extração mineral.

Considerações:

A Fiscalização e Controle da Mineração, juntamente com a concessão dos Direitos para Pesquisa e Lavra, são pontos fundamentais que determinam a atuação do DNPM na gestão do patrimônio mineral brasileiro.

No caso específico da Fiscalização e Controle, os trabalhos são desenvolvidos com atividades de análises e controles nos escritórios das Unidades Regionais, mais em maior proporção através das inspeções técnicas (fiscalização) diretamente no campo, nas áreas onde estão ocorrendo a pesquisa ou a lavra dos bens minerais. Para confrontar o que está sendo realizado com o que foi proposto e aprovado, evitando deste modo, a destruição ambiental, garantindo a segurança do trabalhador nas operações, a segurança do empreendimento, evitando os desvios e descaminhos das substâncias extraídas, minimizando a sonegação de impostos, assegurando o abastecimento de insumos minerais, e por conseqüência, todos os benefícios advindos com uma indústria de Produção Mineral organizada dentro de parâmetros técnicos.

É sabido nas esferas mais elevadas do Ministério de Minas e Energia de nossa crônica carência de pessoal técnico e da especialização dos mesmos, mas é menos conhecido que, embora se tenha as carências mencionadas, há uma indisponibilidade de recursos financeiros que impede a ação da fiscalização durante todos os meses do ano com o pessoal técnico disponível. Para se ter uma idéia da escassez de recursos financeiros disponibilizados para a fiscalização nas 25 (vinte e cinco) Unidades e na Sede (DIROP), no exercício de 1998, foram alocados para fiscalização apenas R$ 410.000,00, o que não é suficiente para colocar o pessoal técnico disponível em campo para fiscalização, sequer por 3

(três) meses, ficando os outros 9 (nove) meses sem a possibilidade de se realizar uma das principais e mais necessárias missões do DNPM.

Diante desta realidade, optou-se por fazer uma proposta de fiscalização em todas as 25 Unidades, priorizando os casos emergenciais e de atendimento de denúncias ou em cumprimento a determinações da justiça, e passou-se a atender às unidades na forma de “conta-gotas” para se conseguir alcançar o final do exercício. Em setembro passado veio o tiro de misericórdia, com cortes da área financeira, que nos levou os resíduos remanescentes dos recursos, com a definitiva paralisação das atividades. Conforme quadro demonstrativo de repasses, foram gastos em fiscalização e deslocamento de pessoal para controle de áreas, no exercício de 1998, a importância de R$ 346.017,33.

Com base no número de técnicos existentes nas 25 Unidades Regionais e na Sede/DIROP possíveis de serem alocados no Programa de Fiscalização da Autarquia, foi elaborada proposta de orçamento para o exercício de 1999, onde os recursos seriam o mínimo necessário para colocar os técnicos em campo, pelo menos 12 dias/mês, nos doze meses do ano. Embora se saiba que o universo a ser fiscalizado é muito superior a essa capacidade de realização do órgão, pretendia-se alcançar pelo menos parcela mais expressiva do universo fiscalizável (20% a 30%). Com os cortes havidos na S.O.F. e posteriormente no Planejamento, por conta do ajuste fiscal do governo, o orçamento foi reduzido aos horizontes de 1998, ou seja, a 25% do proposto, nos deixando nas precárias condições relatadas.

Na produção de bens minerais para emprego imediato na Construção Civil e em algumas gemas e metais preciosos, a clandestinidade e os desmandos grassam soltos em todo território nacional. Mais de 90% de todo esse universo se encontra na informalidade, gerando todos os desmandos e sonegações decorrentes da falta de controle, por incapacidade financeira da Autarquia, para atacar o problema.

Em função dessa situação e esperando poder ocupar integralmente o corpo técnico do DNPM nas Atividades de Fiscalização de Campo, foi proposto um “Programa de Fiscalização e Regularização das Atividades Clandestinas de Mineração”. Foi elaborada exposição de motivos e propostos recursos no

orçamento para o exercício de 1999. Infelizmente essa proposta sofreu o primeiro corte na S.O.F., que a reduziu em 40%. Posteriormente, já na área do Ministério do Planejamento, em decorrência do ajuste fiscal do governo federal, foi completamente eliminada do orçamento para 1999, por se tratar de um novo Programa, sem levar em consideração sua extrema necessidade e importância. Embora seja de difícil mensuração, estima-se que a informalidade corresponda a 40% do setor de mineração dito regulamentado.

Brasília, 22 de dezembro de 1998

MIGUEL NAVARRETE FERNANDEZ JÚNIOR

DIRETOR - GERAL